



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Congruência Ideológica e Política em Angola: Análise comparativa dos
Deputados eleitos para Assembleia Nacional e respectivos Eleitores

Gildo Matias José

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Ana Maria da Conceição Belchior, Professora Associada
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Agosto, 2012

Agradecimentos

Este momento de agradecimentos pode ser um “momento de desagradecimentos”, sobretudo, e neste caso, quando é impossível lembrarmos de todos quantos de maneira significativa ou não, deram o seu prestimoso contributo para pragmatização deste trabalho. Não que isso tenha de significar, necessariamente, um pedido de desculpas antecipado, não! Não, porque ainda assim, este trabalho humilde não o seria se deixasse de agradecer a todos quanto nele e para ele contribuíram.

Quero neste “momento de desagradecimento”, agradecer em especial e em primeiro lugar, a minha querida orientadora de pesquisa, Professora Doutora Ana Maria Belchior, pela sempre pontual atenção que dedicou a este trabalho, pelas críticas sempre construtivas que me deu, pelo zelo que sempre dedicou a este trabalho, e pela procura incansável das melhores soluções para os obstáculos que foram surgindo no trilhar deste caminho..., querida Professora, muito obrigado!

Os meus agradecimentos vão também para a minha família, que apesar de distante, sempre constituiu o suporte mais importante para continuar essa caminhada, em especial, a minha mãe e aos meus irmãos.

Agradeço o apoio incondicional da Dra. Elisa Beatriz Daniel que com muito carinho sempre esteve ao meu lado nos bons e nos maus momentos; agradeço o apoio dos meus colegas e irmãos com quem partilhei os dias dessa trajetória.

Quero também expressar os meus agradecimentos aos Deputados da Assembleia Nacional de Angola que calorosamente aceitaram colaborar para a recolha de dados para este trabalho, e aqui, um agradecimento especial à deputada Dra. Emília Carlota e ao Grupo Parlamentar das Mulheres, aos líderes dos Grupos Parlamentares do MPLA, da UNITA, da FNLA, do PRS e da ND coligação; os meus agradecimentos ao Mestre Hélder Bahú, ao Prof. Doutor Yura Udumyan pela amizade e pelo contributo que me prestaram nesta caminhada.

De maneira geral, mas não menos importante, aos professores do mestrado de Ciência Política do ISCTE, em particular ao Professor Doutor José Viegas e ao Professor Doutor André Freire, os meus agradecimentos. E, mais uma vez, um agradecimento, também especial, a todos que, apesar de não citados aqui, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Muito obrigado!

Resumo

Esta pesquisa disserta sobre o tema da congruência ideológica e política nos partidos políticos em Angola. O tópico é abordado sob a óptica da congruência ideológica e política entre eleitos e eleitores.

Partindo da literatura relevante sobre o tópico, o objectivo central desta pesquisa consiste em estudar, numa perspectiva descritiva, a congruência ideológica e política nos partidos políticos angolanos através da aferição das posições ideológicas e políticas, e em termos de prioridades em preferências políticas entre os eleitos (deputados dos partidos políticos com assento na Assembleia Nacional de Angola) e eleitores (estudantes de licenciatura em ciência política, direito, economia e sociologia).

Este trabalho pretende contribuir para o estudo da representação ideológica e política de maneira geral (sob a perspectiva da congruência entre representantes e representados), e, em particular, para a compreensão desta em sistemas políticos em que a democracia não está ainda consolidada, como é o caso angolano. Tal implica um olhar alternativo sobre o estudo da representação ideológica e política, dado colocar em perspectiva um caso pouco ortodoxo; ou seja, este trabalho, ao contrário dos que têm sido realizados, traz à discussão a problemática num país ainda em transição para a democracia.

Palavras-chave: congruência ideológica e política; regime político angolano; sistema partidário angolano; deputados e eleitores.

Abstract

This research talks about the theme of congruence in the ideological and political in political parties in Angola. The topic is addressed under the perspective of ideological and political congruence between elected officials and voters.

On the basis of relevant literature on the topic, the central objective of this research is to study, a descriptive perspective, ideological and political congruence in the Angolan political parties, using the benchmarking of ideological and political positions, in terms of priorities in policies preferences among elected (members of political parties with seats in the National Assembly of Angola) and voters (students of Bachelor's degree in political science, law, economics and sociology).

This work intends to contribute to the study of ideological and political representation in a general way (from the perspective of the congruence between representatives and represented), and, in particular to the understanding of this political systems in which democracy is not yet consolidated, as is the case in Angola. This implies an alternate look on the study of ideological and political representation, as put into perspective an unorthodox case, i.e. this work, this work, unlike that have been conducted, brings to discussion the problematic in a country still in transition to democracy.

Keywords: ideological and political congruence; Angolan political regime; Angolan party system; MPs and voters.

Índice Geral

Índice de Quadros.....	vi
Índice de Gráficos.....	vii
Glossário de Siglas	viii
Introdução	1
Capítulo I – A Representação Política Sob a Óptica da Congruência Intrapartidária	3
1.1 Sobre a Representação Ideológica e Política.....	3
1.2 Representação Ideológica e Política Medida por Congruência.....	7
1.3 Objecto e Objectivos da Pesquisa.....	9
Capítulo II – Design da Pesquisa	11
2.1 Quadro Metodológico da Pesquisa: o estudo de caso de Angola.....	11
2.2 Congruência Ideológica e Política: operacionalização.....	12
2.3 Amostra e Dados	14
Capítulo III – O Sistema Político Angolano	17
3.1 Sobre o Contexto Político de Angola – Uma Sinopse.....	17
3.2 O Regime Político Angolano	22
3.3 O Sistema Partidário Angolano	24
Capítulo IV – Análise dos Resultados	28
4.1 Ideologia: congruência entre deputados e eleitores na escala ideológica esquerda-direita	28
4.2 Assuntos Políticos: congruência entre deputados e eleitores	31
4.3 Políticas Públicas: congruência entre deputados e eleitores	34
Considerações Finais	38
Fontes	40
Bibliografia	41
Anexos (AI, AII)	i

Índice de Quadros

Quadro 2.1 – Síntese dos objectivos e da operacionalização das três dimensões da congruência.....	16
Quadro 3.1 – Resultados das eleições legislativas de 1992.....	19
Quadro 3.2 – Resultados das eleições presidenciais de 1992.....	20
Quadro 3.3 – Resultados das eleições legislativas de 2008.....	21
Quadro 3.4 – Avaliação da Freedom House sobre Angola (1975-2012)	23
Quadro 4.1 – Autoposicionamento médio na escala esquerda-direita entre deputados e eleitores com respectivas diferenças.....	30
Quadro 4.2 – Congruência entre deputados e eleitores em assuntos políticos por partido político (%).	32
Quadro 4.3 – Prioridades em 3 objectivos mais importantes para o país (diferenças médias gerais entre deputados e eleitores do MPLA)	35
Quadro 4.4 – Prioridades em 3 objectivos mais importantes para o país (diferenças médias entre deputados e eleitores da UNITA).....	36
Quadro AI.1 – MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).....	i
Quadro AI.2 – UNITA (União Nacional para Libertação Total de Angola).....	ii
Quadro AI.3 – FNLA (Frente de Libertação Nacional de Angola).....	iii
Quadro AI.4 – PRS (Partido de Renovação Social)	iv
Quadro AI.5 – ND (Nova Democracia-Coligação)	v
Quadro AI.6 – Síntese Comparativa dos 5 Partidos Políticos	vi
Quadro AII.1 – Respostas dos deputados por Grupo Parlamentar (%).....	ix
Quadro AII.2 – Segmentação dos deputados pelas variáveis grupo parlamentar e pelas variáveis sociodemográficas: sexo, idade e escolaridade (%).....	ix
Quadro AII.3 – Segmentação dos estudantes pela variável da identificação partidária e pelas sociodemográficas: sexo, idade e escolaridade do pai (%)	xi

Índice de Gráficos

Gráfico 4.1 – Autoposicionamento na escala esquerda-direita entre deputados e eleitores (distribuição de frequências)	28
Gráfico 4.2 – Autoposicionamento médio entre deputados e eleitores por partido político na escala esquerda-direita.....	29
Gráfico 4.3 – Prioridades em 3 objectivos mais importantes para o país (diferenças médias entre deputados e eleitores)	34
Gráfico AII.1 – Distribuição dos estudantes por curso (%)	xi

Glossário de Siglas

AD – Angola Democrática Coligação

AMA – Associação da Mulher Angolana

ANIA – Aliança Nacional Independente de Angola

D – Deputados

Dif. – Diferença

DP – Desvio Padrão

E – Eleitores

EUA – Estados Unidos da América

FDA – Fórum Democrático Angolano

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FpD – Frente para Democracia

GP – Grupo Parlamentar

JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

JFNLA – Juventude da Frente Nacional de Libertação de Angola

JPDP-ANA – Juventude do Partido Democrático para o Progresso – Aliança Nacional Angolana

JURA – Juventude Unida Revolucionária de Angola

LIMA – Liga da Mulher Angolana

M – Média

MPDA – Movimento para a Democracia de Angola

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

N – Número absoluto

ND – Nova Democracia, Coligação Eleitoral

OMA – Organização da Mulher Angolana

PAJOCA – Partido da Aliança da Juventude Operária e Camponesa

PDP-ANA – Juventude do Partido Democrático para o Progresso – Aliança Nacional Angolana

PLD – Partido Liberal Democrático

PNDA – Partido Nacional Democrático de Angola

PSD – Partido Social Democrata

PRD – Partido da Renovação Democrática

PRS – Partido da Renovação Social

PSIA – Partido Social Independente de Angola

PSL – Partido Socialista Liberal

UADPDD – União Angolana pela Paz, Democracia e Desenvolvimento

UMRS – União das Mulheres da Renovação Social

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UND – União Nacional para a Democracia

UNRD – União Nacional para a Renascença Democrática

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

O artigo seminal de Miller e Stokes “*Constituence Influence in Congress*” publicado em 1963 na *American Political Science Review* inaugurou uma tradição proeminente no estudo da representação ideológica e política cujo paradigma assenta na aferição da congruência entre as preferências dos eleitos e eleitores, tradição que se tem centrado nos estudos da representação ideológica e política nas democracias ocidentais, nunca se aventurando na esfera de outros regimes políticos.

Esta pesquisa é uma dissertação para a obtenção do grau de mestre em ciência política, subordinado ao tópico da congruência ideológica e política em Angola, colocando em perspectiva um caso de estudo de uma democracia não consolidada, e ao mesmo tempo, um caso de estudo nunca antes afluído sob a óptica da congruência ideológica e política.

Os objectivos específicos deste trabalho são: primeiro, aferir a congruência por meio dos cálculos médios dos autoposicionamentos entre eleitores e eleitos na escala ideológica esquerda-direita; segundo, aferir a congruência por meio dos cálculos médios dos graus de concordância entre eleitores e eleitos em assuntos políticos tipicamente caracterizadores da dimensão esquerda-direita tradicional; e o terceiro, aferir a congruência por meio do cálculo das preferências em termos de prioridades de políticas públicas para o país.

Esta dissertação está substancialmente estruturada em quatro capítulos. O capítulo I apresenta a revisão da literatura mais relevante sobre a representação política, em particular, no que respeita à sua medição através de medidas de congruência, bem como, problematiza e apresenta a questão de pesquisa, o objecto e os objectivos de pesquisa.

O capítulo II, essencialmente metodológico, apresenta as razões da escolha do caso de estudo, a operacionalização da congruência nas três dimensões em análise: escala ideológica esquerda-direita, assuntos políticos e políticas públicas. Debruça-se também sobre os critérios e dimensão das amostras seleccionada para esta pesquisa e sobre os instrumentos de recolha de dados.

Dado que a realidade política que se estuda nesta pesquisa tem uma natureza *sui generis* no contexto dos estudos sobre representação ideológica e política aferida mediante medidas de congruência, torna-se necessário compreender as principais características do sistema político e partidário. Com este intuito, faz-se no capítulo III,

uma breve incursão e caracterização do contexto do regime político em Angola, tal como se apresenta, sistematizadamente, a caracterização do sistema partidário angolano.

No capítulo IV, faz-se a apresentação e interpretação dos resultados empíricos obtidos nas três dimensões em análise nesta pesquisa: escala ideológica esquerda-direita, assuntos políticos esquerda-direita e em termos de prioridade de políticas públicas, fazendo-se a discussão e enunciação das principais conclusões da investigação.

O capítulo I é apresentado de imediato.

CAPÍTULO I – A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA SOB A ÓPTICA DA CONGRUÊNCIA INTRAPARTIDÁRIA

Este capítulo apresenta o enquadramento teórico-conceitual, o objecto e os objectivos de pesquisa. Está estruturado em três secções. A primeira, intitulada “Sobre a Representação Ideológica e Política”. A segunda secção, designada “Representação Ideológica e Política Medida por congruência”. E a terceira, intitulada “Objecto e Objectivos da Pesquisa”.

1.1 Sobre a Representação Ideológica e Política

Existem dois grandes prismas no estudo da representação política vista sob o pressuposto da ligação eleitos-eleitores. No primeiro, constam os estudos que analisam as relações entre as distribuições de preferências dos eleitores expressas por meio do voto em eleições, bem como os procedimentos institucionais que orientam a conversão dos votos em assentos parlamentares.

Estão também incluídos neste prisma os temas como a proximidade entre os eleitores, a ancoragem territorial dos eleitos, a representação das minorias e das mulheres na esfera política, o sistema eleitoral e partidário. Resumidamente, estuda as relações entre constituídos e constituintes por meio do sistema eleitoral e partidário (Powell, 2004; ver também Freire e Viegas, 2009a).

O segundo prisma é marcado pelo estudo da representação política por meio da aferição da congruência entre representantes e representados (Miller e Stokes, 1963; Achen 1977; 1978; Weisberg, 1978; Dalton, 1985; Converse e Pierce, 1986; Thomassen e Schmitt, 1999; Miller et al., 1999; Kitschelt et al., 1999; Blais e Bodet, 2006; Golder e Stramski, 2010; Freire e Belchior, 2010; Belchior, 2010a e 2010b).

Este prisma tem como pressuposto a congruência entre as preferências dos eleitores e dos eleitos, sendo que, quanto maior for a congruência das preferências entre constituintes e constituídos, maior será a probabilidade de os eleitores se sentirem bem representados e, adicionalmente, maior será a probabilidade de os eleitos agirem de acordo com as preferências dos populares (ver Kitschelt *et al.*, 1999; Luna e Zechmeister, 2005; Freire e Viegas, 2009a). É sobre este segundo prisma que versa a abordagem desta pesquisa.

Segundo Dalton (1985:268), a representação política afigura ser um processo complexo. De acordo com a literatura, algumas questões se levantam: o que deve ser

representado? São as características sociais dos indivíduos que devem ser representadas, ou devem ser representadas concepções de bem comum (Grofman, 1982; Pantoja e Sejura, 2003; Belchior, 2010b:71 e outros)?

Para Pitkin (1976), a representação das características dos indivíduos é substancialmente uma representação de cariz tipológico das principais categorias sociais, igualmente, designada por representação descritiva (ver também Pantoja e Sejura, 2003).

De outro modo, a representação das concepções de bem comum remete-nos para a qualidade da representação no sistema político, e por sua vez, revela-se mais complexa de determinar (Thomassen e Schmitt, 1999:3-21).

Uma outra questão que há muito se levanta na literatura sobre a representação política consubstancia-se em saber se os representantes devem compelir a actividade de representação à vontade dos que os elegeram ou se deve o vínculo quebrar-se após à eleição como preceitua Schumpeter (1996)?

Sobre esta questão, a literatura destaca que a representação política pode, legitimamente, por um lado, assumir uma lógica mais mandatária, subordinada à congruência com os eleitores, ou, por outro lado, assumir uma feição mais independente das indicações dos eleitores.

O estilo de representação pode ser mandatário quando exercido linearmente em função das directrizes dos eleitores, ou independente, quando pautado pelo julgamento pessoal do representantes. Do mesmo modo, a representação política pode focar-se nos interesses da circunscrição ou nos interesses nacionais (Eulau *et al.*, 1959; Birch 1971; Thomassen, 1994 e ver também: Belchior, 2010b cap. II).

Para alguns autores (Eulau, 1987:212, Thomassen, 1994:240-249), o estilo mandatário traduz uma visão menos lógica e até mesmo obsoleta da democracia representativa. Anthony H. Birch no seu livro *Representation* (1971:100) alega que “ a teoria do modelo mandatário pode ser razoável como conjunto de recomendações do que deve acontecer, mas esta é enganadora se tomada como modelo de prática concreta”.

Como nos lembram Converse e Pierce (1986: 493-495), o modelo mandatário tem a sua ancoragem nos valores democráticos, onde essa visão define o representante como uma espécie de “delegado” de quem se espera que actue de acordo com as instruções explícitas dos seus constituintes.

Neste diapasão, na medida em que o governo representativo deve preservar uma certa autonomia na decisão sobre a vontade dos seus eleitores, o modelo mandatário desloca-se, definitivamente, dos postulados modernos da democracia representativa (Manin, 1995: cap. V, citado por Belchior, 2010a:131). Neste sentido, este modelo deve ser visto como idílico, potencialmente nocivo e contraditório aos interesses democráticos.

A percepção da perspectiva independente foi celebrizada pelo filósofo e político anglo-irlandês Edmund Burke numa lógica do “mandato não imperativo” no seu discurso aos eleitores de Bristol em 1774, onde este coloca o peso da gravidade da representação política no julgamento independente dos representantes, mais compatível com os pressupostos da democracia moderna (Birch, 1971:79; Dalton, 1985:269, ver também Aurélio, 2009:53).

Segundo os escritos dos *The Federalist Papers*, a representação teria mesmo o papel de aperfeiçoar e clarear a compreensão dos problemas políticos, fazendo-os passar pelo crivo de um corpo de cidadãos especialmente escolhidos para isso. Os representantes poderiam, portanto, de acordo com Madison (1982 [1787]), até entender melhor aquilo que seria o bem comum do que o povo.

Neste debate mandatário *versus* independente, é incontornável o substancial contributo de Hanna Pitkin (1967). Pitkin (1967:155) reconhece a dificuldade de tomar uma posição irreduzível a favor de uma ou de outra, tendo em conta os argumentos que cada uma tem a seu favor.

Contudo, numa perspectiva mais conciliadora sobre este debate, a autora afirma que “representar significa agir no interesse dos representados, de forma a corresponder a eles”, embora, em pronunciação com a premissa de que a acção do representante é independente dos representados (Pitkin, 1967:209).

Em suma, a representação remete para algum grau de congruência entre representantes e representados, podendo, no entanto, haver incongruência se assim o interesse público o justificar (Jacobs e Shapiro, 2000:303-306 citados em Belchior 2010b:132).

Todavia, apesar de ser um tópico de reconhecida relevância científica e social, o estudo da representação política revela-se substancialmente centrado em estudos realizados em democracias liberais já estabilizadas (Thomassen, 1994; Blais e Bodet, 2006; Powell, 2009; Freire e Viegas, 2009a; Golder e Stramski, 2010; Belchior, 2010a e

2010b). Este tema é ainda relativamente inexplorado noutros âmbitos, como é o estudo de sistemas não democráticos, sendo que, são inexistentes os estudos relevantes sobre a representação política feitos com casos de democracias não liberais, ou, em casos de democracias em transição.

De forma sumária, os resultados encontrados na generalidade dos estudos sobre a representação ideológica e política nas democracias liberais mostram que à esquerda e à direita, a elite parlamentar se posiciona mais nos extremos do espectro ideológico do que os seus eleitores, sendo tal especialmente visível à esquerda (Weisberg, 1978; Dalton, 1985; Converse e Pierce, 1986; Thomassen e Schmitt, 1999; Miller *et al.*, 1999; Kitschelt *et al.*, 1999; Blais e Bodet, 2006; Freire e Viegas, 2009; Freire e Belchior 2009; Golder e Stramski, 2010; Belchior, 2010a e 2010b).

Neste diapasão, parece-nos pertinente e interessante tentar perceber o fenómeno complexo da representação ideológica e política com um estudo de caso que foge à “regra de ouro” dos estudos sobre a representação ideológica e política, isto é, um estudo sobre a congruência ideológica e política entre eleitos e eleitores, não numa democracia liberal já estabilizada, mas, numa democracia em transição – Angola.

Mais precisamente, esta pesquisa visa o estudo da congruência ideológica e política do caso angolano, onde procuraremos responder à seguinte questão descritiva: quais os níveis de correspondência ideológica e política que são gerados entre os eleitores (estudantes universitários do 4.º ano dos cursos de Direito e do curso de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, do curso de Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais e do curso de Economia da Faculdade de Economia pertencente à Universidade Agostinho Neto) e eleitos (deputados dos partidos políticos com assento na Assembleia Nacional da República de Angola) em três dimensões de análise: na escala ideológica esquerda-direita, em assuntos políticos da dimensão esquerda-direita tradicional, e em termos de prioridades de políticas públicas para o país?

Não obstante a complexidade do estudo da representação ideológica e política por meio de medidas de congruência, a congruência entre eleitores e eleitos, é reconhecidamente, uma característica relevante para estudar a representação ideológica e política e que deve ser encorajada (Dahl, 1956; Pitkin, 1967).

Contrariamente ao admitido em outras pesquisas (Barnes, 1977:118), não se pretende buscar na sobreposição de posições entre eleitos e eleitores o reconhecimento ou ausência de uma representação ideológica e política mais ou menos democrática,

sendo que, nesta pesquisa a congruência é entendida apenas como uma abordagem da representação ideológica e política, que de entre outras, se reconhecem importantes limitações quanto às inferências a extrair (Belchior, 2010b:75).

Portanto, tendo em consideração que nem sempre os maiores níveis de democracia implicam, necessariamente, maiores níveis de congruência ou de representação democrática (Esaïsson e Holmberg, 1996; Przeworski, Stokes e Manin, 1999), nesta pesquisa não se concebe a congruência ideológica e política entre eleitores e eleitos como sinónimo, nem como reconhecimento ou inferência de representação ideológica e política mais ou menos democrática para o caso angolano.

1.2 Representação Ideológica e Política Medida por Congruência

O processo de representação inclui três actores principais: os eleitores, os eleitos e os partidos políticos, sendo que, estes últimos representam no processo político democrático, um canal privilegiado e legítimo de conexão entre as vontades populares e a representação parlamentar (Putnam, 1976).

Nesta pesquisa, está em causa a exploração da articulação entre eleitores e eleitos, partindo do pressuposto de que a conexão eleitoral representa a base para a apreciação da congruência entre estes dois agentes do processo de representação (Dalton, 1985; Powell, 2009).

A abordagem empírica do “modelo da congruência”¹ tem sido muitas vezes acompanhada pelo enquadramento teórico do “modelo do partido responsável”, que constitui uma visão mais aproximada à lógica mandatária. Neste, reconhecem-se as virtualidades dos partidos políticos como um instrumento capital no processo de representação.

¹ Importa sublinhar que não existe propriamente um “modelo da congruência”, mas antes, formas de medir a representação que assentam em medidas de congruência, como por exemplo, o trabalho seminal de Miller e Stokes (1963): que mede congruência através de correlações; as sugeridas por Achen (1978): centrismo, proximidade e correspondência; ou ainda as medidas sugeridas por Golder e Stramski (2010): congruência absoluta e congruência relativa (ver, Achen, 1978; Golder e Stramski, 2010), sendo que, ao longo do texto, nos referimos ao “modelo da congruência” para designar – de maneira simplificada – o conjunto de medidas ou pressupostos metodológicos baseados em medidas de congruência para o estudo da representação ideológica e política.

Segundo este modelo, cumpre aos eleitores – com suporte nas informações sobre os partidos – uma actuação eleitoral consciente e racional, e, aos eleitos que perfaçam com eficácia o mandato que lhes é atribuído pelos eleitores. O “modelo do partido responsável” pressupõe que a escolha eleitoral fornece aos constituintes o controlo indirecto sobre as decisões políticas, uma vez que o partido cumpre as promessas que presumivelmente traduzem as vontades dos seus eleitores (Dalton, 1985; Converse e Pierce, 1986; Huber e Powell, 1994; Marsh e Wessels, 1997, Miller et al., 1999; Thomassen e Schmitt, 1999; Powell, 2009; Golder e Stramski, 2010; Freire e Viegas, 2009a; Belchior 2010a e 2010b).

O “modelo do partido responsável” tem sido acusado – por um lado – de levantar muitas dúvidas e por fornecer, normativamente, uma visão populista da democracia, por outro lado, por representar um modelo empiricamente irrealista – pelo facto de os eleitores não terem conhecimento do pacote de políticas públicas propostas e consequentemente quanto ao grau da sua influência na decisão do voto. Mas, do mesmo modo reconhecem-se as suas virtualidades, não só por ter um suporte teórico que sustenta esta pesquisa, mas, por ser reconhecidamente admitido na literatura como um modelo viável para o estudo sistemático do papel dos diferentes atores no processo de representação, bem como permite padronizar requisitos sob os quais é possível avaliar o processo de representação (Thomassen e Schmitt, 1999:16; ver também Freire e Belchior, 2009 e Belchior, 2010b:74).

Segundo Dalton (1985:280) “os partidos são representativos dos seus eleitores quando as opiniões das elites partidárias são similares às dos seus eleitores”, concebendo a similaridade como o grau de consenso, correspondência ou congruência entre as posições dos eleitos e eleitores. O estudo da representação política por meio da congruência pressupõe, usualmente, a comparação das preferências dos eleitores de um determinado partido com as orientações dos deputados desse mesmo partido com representação.

Por seu turno, a representação medida por meio da congruência também tem sido alvo de algumas críticas, sendo acusado de uma certa visão populista da democracia devido ao seu carácter eminentemente *bottom-up* (de baixo para cima) do processo de representação, colocando o peso da gravidade da representação nas preferências dos eleitores e no imperativo da congruência entre as orientações dos eleitos e dos eleitores enquanto indicador substancial da qualidade da representação. Na

prática, o estudo da representação política por meio da aferição da congruência estará mais próximo de uma visão realista do estilo mandatário, sem ao mesmo tempo, ser incompatível com a visão realista da independência dos eleitos (Powell, 2009; Freire e Viegas, 2009; Belchior 2010a e 2010b).

Porém, não obstante as críticas feitas ao “modelo da congruência” para o estudo da representação ideológica e política, vários autores corroboram que a congruência é um pressuposto relevante e deve ser encorajada. Assim sendo, nesta pesquisa – e tal como em outras pesquisas sobre a representação ideológica e política (Achen 1977; 1978; Weisberg, 1978; Dalton, 1985; Converse e Pierce, 1986; Thomassen e Schmitt, 1999; Miller et al., 1999; Kitschelt et al., 1999; Blais e Bodet, 2006; Freire e Viegas, 2009; Freire e Belchior, 2010; Golder e Stramski, 2010; Belchior, 2010a e 2010b, e outros) opta-se pelo estudo da congruência ideológica e política assente na comparação dos posicionamentos e preferências dos eleitos e eleitores.

1.3 Objecto e Objectivos da Pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se substancialmente pelo seu carácter descritivo. Não é pretensão encontrar factores explicativos para a congruência ideológica e política em Angola, mas sim, tentar captar a realidade angolana no que diz respeito à congruência política entre eleitores e eleitos. Outrossim, a presente pesquisa não pretende efectuar generalizações, sendo que, as conclusões são consideradas apenas na dimensão da amostra seleccionada.

O objecto desta pesquisa é o estudo da congruência ideológica e política em Angola através da aferição da congruência entre os eleitores (estudantes dos 4.º anos dos cursos de sociologia e ciência política da Faculdade de Ciências Sociais, do curso de direito da Faculdade de Direito e do curso de economia da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto) e eleitos (deputados dos partidos políticos com assento parlamentar na Assembleia Nacional na legislatura 2008-2012) em três dimensões de análise: a escala ideológica esquerda-direita, assuntos políticos da dimensão esquerda-direita tradicional, e no que respeita a prioridade de políticas públicas para o país.

Os objectivos específicos deste trabalho são três: primeiro, aferir a congruência por meio dos cálculos médios dos autoposicionamentos entre eleitores e eleitos na escala ideológica esquerda-direita; segundo, aferir a congruência por meio dos cálculos

médios dos graus de concordância entre eleitores e eleitos em assuntos políticos tipicamente caracterizadores da dimensão esquerda-direita tradicional; e o terceiro, aferir a congruência por meio do cálculo das preferências em termos de prioridades de políticas públicas para o país.

CAPITULO II – DESIGN DA PESQUISA

Este capítulo apresenta o quadro metodológico da investigação. Explica, sucintamente, o perfil da pesquisa; as razões da escolha do caso de estudo; a operacionalização das três dimensões em análise; a amostragem e o procedimento de recolha de dados.

Está estruturado em três secções. A primeira é designada “Quadro Metodológico da Pesquisa”; a segunda secção é intitulada “Congruência Ideológica e Política; e a terceira secção é designada “Amostra e Dados”.

2.1 Quadro Metodológico da Pesquisa: o estudo de caso de Angola

O quadro metodológico da pesquisa caracteriza-se, substancialmente, pela adaptação da metodologia utilizada em estudos já realizados sobre esta temática (nenhum deles desenvolvido para casos de países africanos), tendo por isso, na adaptação um carácter exploratório. A principal razão de ser deste é sustentada sobretudo pela quase inexistência de estudos e dados sobre a correspondência ideológica ou política no caso de Angola.

A pesquisa exploratória – geralmente descritiva – é sobejamente reconhecida e aceitável, sobretudo, quando se investiga uma realidade pouco ou nunca antes explorada, ou ainda, quando não existem quaisquer dados sobre o tópico em causa (Bell, 1993; Quivy e Campenhoudt, 1995; Fortin, 2006; Popper, 2007), uma vez que, para o caso angolano, não existem estudos feitos nem dados disponíveis sobre o tópico da representação política.

Para a recolha de dados foram utilizados dois inquéritos, um para os deputados e outro para os estudantes universitários, com baterias de questões semelhantes que possibilitam a comparação, com as mesmas dimensões e escalas, permitindo deste modo, a superação dos constrangimentos da equivalência, usualmente discutidos em trabalhos semelhantes (Converse e Pierce, 1996:232; Powell, 2004:287, ver também, Belchior, 2010:41). Os dois inquéritos foram, substancialmente, concebidos à luz de inquéritos já utilizados em estudos semelhantes sobre o tópico da representação política (ver por exemplo Freire, Viegas e Seiceira, 2009b; Belchior, 2010b), para mais detalhes, ver os inquéritos aplicados em anexo AII.

Como já referido, esta pesquisa estuda a congruência ideológica e política entre eleitos e eleitores em Angola, onde, após a realização de eleições em Setembro 2008, um distanciamento de quase dezassete anos em relação às primeiras realizadas em 1992, saíram das últimas eleições legislativas realizadas cinco partidos políticos com representação parlamentar (MPLA, UNITA, PRS, FNLA e a ND coligação).

A escolha do caso angolano é justificada por duas razões. Primeira, os estudos sobre representação ideológica e política têm sido, na sua generalidade, feitos em países com regimes democráticos já consolidados, e nunca ou raramente feitos em democracias em transição. A presente pesquisa refere-se a um caso/país onde o regime é caracterizado como estando em transição para a democracia.

Segunda razão, Angola esteve mergulhada durante quase 32 anos numa guerra civil, o que impossibilitou a realização de eleições legislativas durante dezassete anos. Por isso, pensa-se ser interessante olhar para a realidade do caso “*sui generis*” angolano para se perceber, apesar de o regime ser caracterizado em transição democrática, se, à revelia da existência de eleições democráticas, existe congruência ideológica e política entre deputados e eleitores, colocando em perspectiva as conclusões enunciadas por Esaiasson e Holmberg (1996), de que a inexistência de eleições democráticas pode não influenciar os níveis de congruência entre deputados e eleitores.

2.2 Congruência Ideológica e Política: operacionalização

Na literatura sobre a representação ideológica e política é consensual a premissa sobre a complexidade da sua medição empírica (Birch, 1971:124; Dalton, 1985; Esaiasson e Holmberg 1996:83; Przeworski, Stokes e Manin, 1999; Powell, 2004; Golder e Stramski, 2010), existindo deste modo várias formas de medição da mesma (Miller e Stokes, 1963; Achen 1977 e 1978; Pierce, 1999; Luna e Zechmeister, 2005; Golder e Stramski, 2010).

Os estudos sobre a representação política mostram-nos várias maneiras de operacionalizar a congruência ideológica e política (ver Miller e Stokes, 1963; Achen 1977 e 1978; Pierce, 1999; Luna e Zechmeister, 2005; Golder e Stramski, 2010), medidas estas que partem dos estudos de Miller e Stokes (1963) até às propostas mais recentes de Golder e Stramski (2010) – que vieram quebrar a premissa reinante de que

os sistemas proporcionais geram melhores níveis de congruência em relação aos sistemas maioritários.

A presente pesquisa estuda a congruência ideológica e política por meio do cálculo médio dos posicionamentos dos eleitos e eleitores. Concebendo-se por congruência a proximidade em termos de valores médios dos autoposicionamentos dos deputados e eleitores.

Para aferição da congruência utilizou-se a forma mais simples de medir a congruência, que pressupõe o cálculo dos posicionamentos médios dos eleitos e dos eleitores e suas respectivas diferenças, tal como foram utilizadas em outros estudos sobre representação (veja-se por exemplo: Miller e Stokes, 1963; Barne, 1977; Page *et al.* 1984; Converse e Pierce, 1986; Huber e Powell, 1994; Esaiasson e Holmberg, 1996; Powell, 2004, ver também Belchior, 2010a e outros).

Para a medição da congruência na escala ideológica esquerda-direita utilizou-se, tanto para os eleitos como para os eleitores, uma escala de 0 a 10, onde, 0 significa o máximo de esquerda e 10 o máximo de direita – tal como em outros trabalhos já realizados (ver por exemplo Freire e Viegas, 2009b; Golder e Stramski, 2010; Freire e Belchior, 2010; Belchior, 2010a e 2010b, e outros).

Para aferir a congruência em assuntos políticos² utilizou-se uma bateria de oito temas, onde, sete temas estão ligados à dimensão socioeconómica da esquerda-direita e uma questão ligada à dimensão autoritária-libertária, mais concretamente, ligada à questão da garantia da ordem e segurança. Para a sua medição utilizou-se uma escala de concordância de 1 a 5, em que, 1 corresponde a discordo totalmente e 5 corresponde a concordo totalmente (tal como já foi utilizado noutras pesquisas por Thomassen, 1999; Freire e Belchior, 2009b). No final, para apresentação dos resultados obtidos constrói-se um índice de concordância por meio da soma das percentagens das respostas “concordo” e “concordo totalmente” entre deputados e eleitores e suas respectivas diferenças por identificação partidária.

² Por uma questão de clareza e pelo facto de os termos assuntos políticos e políticas públicas representarem, potencialmente, a mesma coisa, nesta pesquisa a dimensão relativa aos assuntos políticos diz respeito unicamente às políticas que caracterizam tipicamente a dicotomia esquerda-direita tradicional. Políticas públicas, neste caso, remetem para algumas das propostas em termos de políticas a implementar, metas ou objectivos, contidos no programa de governo do MPLA para o período 2009-2012.

E por último, para medir o grau de congruência em termos de prioridades em políticas públicas, utilizou-se uma bateria com 12 políticas públicas, onde se pediu aos deputados e eleitores para escolherem de entre as várias políticas públicas, três políticas que considerassem prioritárias (para mais detalhes ver os inquéritos aplicados em anexo AII). No que respeita à análise, procedeu-se à contagem das políticas públicas mais escolhidas em termos médios para os eleitores e para os eleitos, e posteriormente, à comparação entre os valores médios por parte dos deputados e eleitores.

No respeitante as políticas públicas em análise, neste caso representam algumas das propostas em termos de políticas a implementar, metas ou objectivos, contidos no programa de governo do MPLA para o período 2009-2012³, no qual consideraram-se as seguintes: reconstrução nacional; erradicação da pobreza; modernização e diversificação da economia; combater à fome e à miséria; crescimento económico; habitação para todos; garantir a paz e a estabilidade; dar mais intervenção aos cidadãos; reconstruir vias de transportes; garantir a liberdade de expressão; criar mais emprego.

A escolha das políticas públicas do programa do MPLA justifica-se, em primeiro, pelo facto de este partido ser o partido governamental. Segundo, porque o MPLA representa mais de 81% do eleitorado. Terceiro, devido à relevância destas políticas para a realidade do caso em análise.

Quarto, porque Angola afigura-se um país mergulhado num grande desafio de ultrapassar as dificuldades do subdesenvolvimento, como por exemplo: o combate à fome e à pobreza, a reconstrução física e espiritual do país, a erradicação do analfabetismo, o garante e consolidação da paz, o desafio da liberdade e da garantia dos direitos humanos, da modernização e diversificação da economia, o da redistribuição da riqueza (entre outros). E por último, porque no essencial tais políticas representam objectivos e desafios consensuais por parte da elite parlamentar, e de forma geral, no país.

2.3 Amostra e Dados

A amostra desta pesquisa foi constituída – no inquérito aplicado aos eleitores – pelo universo dos estudantes universitários com idade igual ou superior aos 18 anos. No total obtiveram-se 152 respostas válidas por parte dos estudantes dos 4 cursos (ver os detalhes da caracterização dos estudantes no gráfico AII.1 e quadro AII3 no anexo AII).

³ Consultado em: (http://www.mpla10.org/download/programa_governo2009-2012.pdf).

Os motivos pelos quais foram seleccionados os estudantes universitários como amostra para os eleitores recorrem, em primeiro lugar, por serem mais escolarizados, como sugerido pelo trabalho de Alvarez e Franklin (1994), onde os autores mostram que eleitores pouco escolarizados e pouco informados têm, geralmente, grandes dificuldades em situarem-se no espectro ideológico e político, ou até mesmo, tendem a não manifestar a sua opinião (ver também Golder e Stramski, 2010:203).

Segundo, a amostra é não probabilística por não existirem condições financeiras para realizar um estudo com uma amostra estatisticamente representativa pela dimensão geográfica e demográfica do país em questão.

Terceiro, e por consequência do segundo motivo, o critério da conveniência da amostra é justificado porque Angola é um país que há bem pouco tempo esteve mergulhada numa guerra civil e que se encontra em fase de transição democrática, sendo provável que o “cidadão comum” não se sinta muito a vontade para expressar “livremente” as suas opiniões, para além de poder ser difícil o acesso – comparativamente aos estudantes universitários – a estes cidadãos.

Quarto, em relação aos cursos escolhidos, estes justificam-se pelo facto de poderem corresponder às expectativas em termos de informações pretendidas para a realização desta pesquisa, até mesmo, pela natureza das questões contidas no questionário para recolha de dados que subjazem um certo nível de “cultura política”, uma vez tratem-se de áreas (cursos) cuja relevância social e política correspondem às expectativas desta pesquisa.

No que respeita aos eleitos (deputados), visou-se a aplicação do questionário ao universo dos 220 deputados na Assembleia Nacional, sendo que o número de respostas válidas obtidas foi de 79, isto é, 36% do total dos 220 deputados que compõe a mesma (para ver mais detalhes sobre a caracterização das respostas obtidas para os eleitos ver quadros AII.1 e AII.2, em anexo II).

Os inquéritos para recolha de dados foram aplicados pessoalmente pelo pesquisador. Para os deputados optou-se por várias estratégias, sobretudo, pelo contacto com os líderes das bancadas parlamentares que por sua vez viabilizaram os preenchimentos individuais dos inquéritos por parte dos deputados (os detalhes do processo de inquirição constam no anexo AII).

Quadro 2.1 – Síntese dos objetivos e da operacionalização das três dimensões da congruência			
Objectivos Específicos	Dimensão da Congruência	Questão formulada	Fonte de recolha de informação
1.º Aferir a congruência por meio dos cálculos médios dos autopoicionamentos entre eleitores e eleitos na escala esquerda-direita;	Ideológica	Em política é usual falar-se da «esquerda» e da «direita» como é que se posicionaria nessa escala, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?	Inquérito
2.º Aferir a congruência por meio dos cálculos médios dos graus de concordância entre eleitores e eleitos em assuntos políticos;	Assuntos Políticos	Para cada frase, diga-nos por favor o seu grau de concordância ou discordância. ⁴	Inquérito
3.º Aferir a congruência por meio do cálculo das preferências em termos de prioridades de algumas políticas públicas	Políticas Públicas	Das medidas abaixo indicadas, assinale por favor a que considera mais importante para o país. E a segunda mais importante? E terceira mais importante? (utilize 1ª, 2ª e 3ª). ⁵	Inquérito

⁴ Colocamos apenas aqui o formato da pergunta em geral por uma questão de manter a coesão gráfica do texto, sendo que a pergunta completa pode ser visualizada com mais pormenor no inquérito que consta da ficha técnica em anexo II.

⁵ Ibidem.

CAPÍTULO III – O CONTEXTO POLÍTICO ANGOLANO

Este capítulo tem como objectivo explicar, sucintamente, o contexto político angolano. Está estruturado em três secções. A primeira secção é denominada “Sobre o Contexto Político de Angola – Uma Sinopse”. A segunda secção é intitulada “O Regime Político Angolano. E a terceira, intitulada “O Sistema Eleitoral e O Sistema Partidário Angolano.

3.1 Sobre o Contexto Político de Angola – Uma Sinopse

Apesar de – na sua essência – a presente pesquisa versar sobre o tópico da representação política, tida aqui como congruência ideológica e política entre eleitores e eleitos em Angola, é importante – *grosso modo* – não ignorar os traços históricos-substanciais do contexto político deste país historicamente inventado¹⁰ e recente¹¹. Muito laconicamente, vale a pena recordar que Angola conquistou a independência em 11 de Novembro de 1975 – por parte de Portugal – por meio de uma árdua luta armada de libertação colonial, que teve o seu início em 1961.

Após a proclamação da sua independência, sob liderança política do MPLA,¹² Angola constituía um sistema de governo soviético, de cariz marxista-leninista, de partido único, com feições autoritárias e mesmo totalitárias (Hodges, 2003; Nganga *at al.*, 2006; Vidal e Andrade, 2008; Santos, 2009). O sistema político consagrava o monopartidarismo, sendo MPLA considerado “a força dirigente da nação”¹³. O sistema

¹⁰ O termo inventado remete para o facto de o território geográfico que hoje é Angola ser resultado da partilha – pelas potências colonias – de África, feita na Conferência de Berlim (1885) de onde resultou uma partilha que não respeitou nem a história, nem a etnicidade e a familiaridade dos povos do continente africano.

¹¹ Recente porquanto Angola enquanto território, povo independente, país soberano e membro de pleno direito do direito internacional o é desde a sua independência conquistada em 11 de Novembro de 1975.

¹² Importa não esquecer que a luta que culminou com a conquista da independência de Angola foi protagonizada por três movimentos de luta para a independência de Angola (MPLA, FNLA e UNITA), que em Janeiro de 1975 assinaram em Alvor (Algarve, Portugal) um acordo que ditava os termos em que devia processar-se a independência de Angola e o ordenamento institucional que deveria vigorar durante o período de transição até ao momento da transferência do poder (ver Correia, 1996:25 e também Imbamba, 2003:87).

¹³ Constituição da República Popular de Angola, 1975, artigo 2.º (Araújo, 2000).

político da I República ¹⁴ caracterizou-se por concentrar poderes legislativos e executivos de grande amplitude no presidente da República. O presidente da República arrogava a chefia do Estado, o comando supremo das Forças Armadas, a presidência do Conselho da Revolução e da Assembleia do Povo, além da chefia do partido (CRPA, 1975, artigos: 31.º, 41.º e 52.º).

Segundo Huntington, a terceira “vaga de democratização” teve o seu início em 1974 com a “Revolução dos Cravos” (1991). Desde então, com as transições verificadas na América Latina nos anos 80, e no seguimento da queda do muro de Berlim e do fim da guerra fria, os processos de mudança com um cariz democratizante multiplicaram-se um pouco por todo mundo. Assistiu-se a democratizações na América Latina, na Europa do Leste, na Ásia e em África¹⁵. Neste caso particular, Angola não foi uma exceção.

Durante o período de 1990 a 1992, Angola – à semelhança de muitos regimes de inspiração marxista-leninista – iniciou processo de transição para a democracia multipartidária, transição essa que, para o caso angolano, foi ao mesmo tempo económica, política e militar. Tal processo iniciou com o abandono oficial da ideologia marxista-leninista pelo MPLA, tendo sido adoptado um novo texto constitucional em que se consagrava o Estado de direito, a democracia multipartidária e a economia de mercado.¹⁶ Foi com base neste clima de transição e reformas que foram convocadas as primeiras eleições multipartidárias legislativas e presidências em Angola, ocorridas nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992).

O veredicto final das eleições multipartidárias de 1992 dava aos partidos e candidatos presidenciais, mais votados, os seguintes resultados: vitória do MPLA com 53,74% dos votos nas eleições legislativas, o que lhe dava 129 dos 220 assentos do parlamento, ficando a UNITA como segundo partido mais votado com 34,10%,

¹⁴ A I República de Angola compreendeu ao período de 1975 a 1991.

¹⁵ É certo que, no caso concreto africano e não só, existem alguns recuos nesta tendência de democratização. Mas, mesmo estes recuos não diminuem a viragem histórica que ocorreu nos últimos trinta e oito anos, em que desde os meados dos anos 70, muitos países iniciaram processos de mudança constitucional com vista à adopção de normas que permitissem a competição partidária e a realização de eleições livres.

¹⁶ Este processo começou com o III Congresso do MPLA, realizado em 1990, acompanhado ao mesmo tempo com fortes negociações políticas e diplomáticas entre o MPLA e a UNITA e que se consubstanciaram nos acordos de Bicesse de 1991 (Hodges, 2003; Imbamba, 2003; Santos, 2009).

equivalentes a 70 lugares, sendo que estes dois representaram cerca de 90% do panorama político. Depois destes, ficaram a FNLA com 2,40% (5 deputados), o PLD com 2,39% (3 deputados), o PRS com 2,27% (6 deputados); o PRD, a AD-Coligação, o PSD, o PAJOCA, o FDA, o PDP-ANA e o PNDA, conseguiram eleger 1 deputado cada um (quadro 3.1).

Quadro 3.1 – Resultados das eleições legislativas de 1992

Partido / Coligação	N.º de Votos	% dos Votos	N.º de Assentos (220)
Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)	2.124.126	53,74%	129
União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)	1.347.636	34,10%	70
Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)	94.742	2,40%	5
Partido Liberal Democrático (PLD)	94.269	2,39%	3
Partido da Renovação Social (PRS)	89.875	2,27%	6
Partido da Renovação Democrática (PRD)	35.293	0,89%	1
Angola Democrática Coligação, (AD-Coligação)	34.166	0,86%	1
Partido Social Democrata (PSD)	33.088	0,84%	1
Partido da Aliança da Juventude Operária e Camponesa (PAJOCA)	13.924	0,35%	1
Fórum Democrático Angolano (FDA)	12.038	0,30%	1
Partido Democrático para o Progresso-Aliança Nacional Angolana (PDP-ANA)	10.608	0,27%	1
Partido Nacional Democrático de Angola (PNDA)	10.281	0,26%	1

N.º de eleitores registados: 4.828.468

Total de votos: 4.410.575 (91,3%)

Votos em branco/inválidos: 458.310

Votos válidos: 3.952.265

Fonte: Adaptado a partir de: African Election Database (<http://africanelections.tripod.com/ao.html>); ver também: Lodge *et al.* (2002).

Nas presidenciais, José Eduardo dos Santos com 49,57% levou vantagem sobre Jonas Savimbi que contava com 40,07% (quadro 3.2). Como nenhum dos dois conseguira a maioria absoluta, tudo ficou remandado para uma segunda volta, segunda volta esta nunca realizada.¹⁷

¹⁷ Perante este quadro – talvez inesperado – a UNITA decidiu boicotar as eleições como tendo sido maciça e sistematicamente fraudulentas, apesar de terem sido consideradas pela representante especial do Secretário-Geral (Margaret Anstee) como sendo “na sua globalidade livres e justas” (Imbamba, 2003:99).

Quadro 3.2 – Resultados das eleições presidenciais de 1992

Candidato (Partido/Coligação)	N.º de Votos	% dos Votos
José Eduardo dos Santos (MPLA)	1.953.335	49,57%
Jonas Savimbi (UNITA)	1.579.298	40,07%
António Alberto Neto (PDA)	85.249	2,16%
Holden Roberto (FNLA)	83.135	2,11%
Honorato Lando (PDLA)	75.789	1,92%
Luís dos Passos (PRD)	58.121	1,47%
Bengui Pedro João (PSD)	38.243	0,97%
Simão Cacete (FpD e AD-Coligação)	26.385	0,67%
Daniel Chipenda (independente)	20.646	0,52%
Anália de Victória Pereira (PLD)	11.475	0,29%
Rui de Victória Pereira (PRA)	9.208	0,23%

N.º de eleitores registados: 4.828.468
Total de votos: 4.401.339 (91.2%)
Votos em branco/inválidos: 460.455
Votos válidos: 3.940.884

Fonte: Adaptado a partir de: African Election Database (<http://africanelections.tripod.com/ao.html>); ver também: Lodge *et al.* (2002).

Não tendo reconhecido os resultados oficiais de 1992, Jonas Savimbi recusou-se a patrocinar uma segunda volta, iniciando uma segunda guerra civil em Angola, que terminaria com a sua morte em combate, em 2002. O fim da guerra civil tornou inevitável a necessidade de dar continuidade à democratização do país, sobretudo, o agenciamento eleitoral com o propósito de renovar a legitimidade das instituições eleitas em 1992 (Santos, 2009:69; Sanches, 2011:7).

Passados quase dezassete anos após as primeiras eleições multipartidárias de 1992 e guerra civil que assolou o país durante a II República¹⁸, o povo angolano voltou a ser chamado às urnas em 2008 para expressar as suas preferências nas eleições legislativas de Setembro de 2008. Os resultados constam no quadro 3.3.

¹⁸ Apesar de inaugurada na revisão de 1991 (Lei n.º 12/91, de 6 de Março), é com a aprovação da lei de revisão constitucional de 1992 (Lei n.º 23/92 de 6 de Setembro) que se estabelece o corpo constitucional de enquadramento da II República angolana (ver Araújo, 2000). A II República angolana vigorou durante o período de 1992-2010, e consagrava o sistema semipresidencialista, de governo misto de forte pendência presidencialista (para mais detalhes sobre o sistema político da II República ver Santos, 2009).

Quadro 3.3 – Resultados das eleições legislativas de 2008

Partido/Coligação	% de Votos	N.º de Assentos (220)
Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)	81.64%	191
União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)	10.39%	16
Partido de Renovação Social (PRS)	3.17%	8
Nova Democracia (ND)	1.20%	2
Frete Nacional para Libertação de Angola (FNLA)	1.11%	3

N.º de eleitores registados: 8.256.584
Total de votos: 7.213.281 (87.4%)
Votos em branco/inválidos: 762.874
Votos válidos: 6.450.407

Fonte: Adaptado a partir de: African Election Database (<http://africanelections.tripod.com/ao.html>); Comissão Nacional Eleitoral de Angola (www.cne.ao) e Lodge *et al.* (2002).

Os resultados foram muito claros, o MPLA sai como o partido mais votado, desta vez, com uma vitória esmagadora de 81,64% dos votos, elegeu 191 deputados; a UNITA continuou como o segundo partido mais votado – apesar de uma derrota gritante em relação as eleições legislativas de 1992 – com 10.39% dos votos, elegeu 16 deputados; o PRS foi o terceiro partido mais votado com 3.17% dos votos e conseguiu eleger 8 deputados; a coligação eleitoral ND ficou com 1.20% dos votos, elegendo 2 deputados; por último ficou a FNLA com 1.11% dos votos e elegeu 3 deputados.

Desta vez, apesar de terem sido surpreendentes, os resultados eleitorais foram genericamente aceites pelas diversas forças políticas, nenhum partido boicotou o acto eleitoral e a avaliação geral da comunidade internacional foi de que as eleições foram, globalmente, credíveis e transparentes¹⁹ (Venes, 2008).

Em suma, com o resultado das eleições legislativas de 2008, “o que era o domínio maioritário do MPLA assumiu proporções hegemónicas muito próximas das totalitárias, o partido do governo que já dominava a quase totalidade das instituições dos Estado” (Santos, 2009:71). O MPLA assumiu deste modo, – e quase como na I

¹⁹ Apesar de algumas denúncias eleitorais por parte de alguns agrupamentos políticos, na sua maioria: questões relativas a organização e logística, ao acesso aos meios do Estado e da comunicação social pública, precisamente, a ocorrência de situações de violência. De assinalar também que alguns órgãos da imprensa internacional foram proibidos de entrar em Angola para cobrir as eleições, colocando deste modo, questões sobre a liberdade de expressão e de imprensa em Angola (Carvalho, 2008; Santos, 2009:71).

República – o controlo desmesurado da Assembleia Nacional, esmagando toda e qualquer oposição, tornando quase impossível a existência de pluralismo político significativo, bem como, pode dispensar qualquer negociação sobre assuntos constitucionais. Foi neste contexto que o MPLA aprovou uma nova constituição em 2010, entrando desta forma na III República, onde Angola adoptou constitucionalmente um atípico sistema “presidencialista-parlamentar”.

A nova constituição aprovada em 2010 vem, substancialmente, alterar o sistema político semipresidencialista (com dinâmica presidencial) e constitucionalizar os poderes absolutos do presidente da República.

O mais crítico é que constituição vigente veio retirar a eleição por sufrágio universal directo, passando agora a ser eleito por meio do parlamento, isto é, o cabeça de lista do partido mais votado passa a ser, por inerência, o presidente da República. Segundo o constitucionalista Vasconcelos (2010:16), há manifestamente uma excessiva concentração de poderes no Presidente da República que o desresponsabiliza politicamente e que o dispensa do dever de prestação de contas.

3.2 O Regime Político Angolano

O regime político angolano caracteriza-se por ter uma origem eclética, que engloba formas políticas da antiga metrópole, elementos de cultura política da luta de libertação nacional, formas de cultura política Bantu, assente na história e na tradição política das várias comunidades que compõem o mosaico etnolinguístico de Angola (Carvalho *at al.*, 2006:4; ver também José, 2009).

O regime político angolano configura uma organização política importada das denominadas “sociedade abertas”, é, literalmente, um regime constitucionalmente democrático de direito e multipartidário (CRA, 2010, artigo 2.º). Todavia, trata-se de um regime político em transição para a democracia com avanços e recuos (ver também Bonifácio, 2011).

Os regimes políticos polarizam-se num extremo, nos regimes democráticos, e no outro, nos regimes não democráticos (regimes ditatoriais, regimes autoritários, regimes totalitários, regimes militares, etc.). Mas, existe uma relativa falta de consenso ou controvérsia quanto aos critérios de classificação dos regimes políticos, sobretudo,

quando em causa está a classificação de regimes híbridos, ou até mesmo regimes em transição democrática²⁰.

Levando em consideração as avaliações da Freedom House e não só²¹, é fácil perceber que o regime angolano tem sido, geral e sistematicamente, avaliado nas últimas posições dos *rankings* sobre a qualidade democrática dos regimes políticos (ver quadro 3.4).

Quadro 3.4 – Avaliação da Freedom House sobre Angola (1975-2012)

Angola	Anos (1975-2012)								
	1975	1986-1987	1991	1992	2002	2007	2008	2010	2012
Liberdades Políticas	6	7	6	6	6	6	6	6	6
Liberdades Cívicas	6	7	4	6	5	5	5	5	5
Estatuto do País	NL	NL	SL	NL	NL	NL	NL	NL	NL

Nota: Para a dimensão de Liberdades políticas os valores oscilam entre 1 (mais livre) e 7 (não livre); para a dimensão Liberdades cívicas os valores a escala cai também de 1 (mais livre) a 7 (menos livre). Para ambas variáveis (Liberdades políticas e liberdades cívicas), os resultados dos intervalos entre 1,0 e 2,5 é considerado *livre*; entre 3,0 e 5,0 *parcialmente livre*; entre 5,5 e 7,0 *não livre*. A dimensão Estatuto diz respeito ao estado do país através da apreciação conjunta das variáveis liberdades políticas/liberdades cívicas, onde: L (*livre*), SL (*semilivre*), NL (*não livre*). Para mais detalhes metodológicos consultar: <http://www.freedomhouse.org/>.

Fonte: Elaborado a partir de dados da Freedom House (<http://www.freedomhouse.org/>), ver também Santos (2009).

Tal facto é na realidade, uma característica geral da maioria dos países africanos da geração democrática da terceira vaga (Braga, 2006), onde existe fraca relevância das instituições estatais, insuficiência governativa e administrativa, desrespeito pelas regras constitucionais e políticas, uma quase “universalização das redes clientelares” pela elite no poder, abuso de autoridade, a não efectiva garantia dos direitos e liberdades fundamentais, concentração de exacerbados poderes numa pessoa, colocando em causa a separação de poderes, Angola, não está impune a esta realidade.

²⁰ Genericamente, a democracia e o autoritarismo extremam o espectro da classificação dos regimes políticos, onde, são considerados regimes híbridos aqueles em que se verificam características de um e de outro, ou pelo menos, aqueles que habitam entre ambos e aqueles que se encontram em transição, embora, muitas vezes, em transições com avanços e recuos (que é o caso do regime angolano).

²¹ Vários indicadores de diferentes organizações internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Nações Unidas) e vários *rankings* (*Democracy Index*, *Management Index*, *Status Index*) colocam sistematicamente Angola nos últimos lugares.

Entretanto, importa registrar que não obstante essas características – que se sublinhe, não é o que está em causa nesta pesquisa, como de início já se referiu –, alguns autores (veja-se por exemplo, Diamond, 2002; Chabal e Vidal, 2007; Rice e Patrik, 2008), reconhecem que Angola também tem características apontadas aos regimes híbridos ou em transição democrática, sendo que – e como em qualquer transição democrática – este país enfrenta os obstáculos relativos ao confronto entre o regime político constitucionalmente definido e a sua aplicabilidade prática.²²

3.3 O Sistema Partidário Angolano

Antes de passarmos à caracterização do sistema partidário angolano, faremos uma descrição sumária do sistema eleitoral angolano, uma vez que este (sistema eleitoral) influencia a estruturação e a dinâmica do sistema partidário (Duverger, [1951] 1980; Sartori, [1971] 1982; Pasquino, 2010).

O sistema eleitoral angolano para eleições legislativas²³ é de representação proporcional de listas fechadas, com três círculos plurinominais, onde os votos são convertidos em assentos parlamentares através do método de Hondt.

A Assembleia Nacional de Angola é constituída por 223 deputados, onde 90 deputados são eleitos pelos círculos provinciais, 130 deputados são eleitos pelo círculo nacional único e 3 deputados eleitos pelo círculo eleitoral exterior.

Os círculos eleitorais provinciais correspondem as áreas de cada uma das 18 províncias, onde cada círculo elege o número de 5 deputados. O círculo eleitoral exterior abrange o conjunto dos países em que residem eleitores angolanos, dividido por sua vez nas zonas da África (2 deputados) e do resto do Mundo (1 deputado).

É sabido que o sistema eleitoral pode ser determinante da configuração do sistema partidário. Duverger ([1951] 1980) classificou os sistemas partidários com base no critério numérico como sendo: monopartidários (partido único), bipartidários (dois partidos), e multipartidários (mais de dois partidos). Sartori ([1971] 1982) propõe que não nos fixemos apenas no *critério numérico*, mas que seja feita uma avaliação alicerçada também no *critério da relevância*, onde este autor toma em consideração três

²² Para mais detalhes sobre as características do regime angolano, em particular, e em geral os regimes políticos africanos ver por exemplo, Diamond (2002); Chabal e Vidal (2007); Rice e Patrik (2008); Bonefácio (2011) e outros.

²³ Lei Eleitoral n.º 6/05 de 10 de Agosto da República de Angola.

componentes principais: o potencial de coligação, potencial de intimidação e a polarização ideológica (ver também Pasquino, 2010).

O sistema partidário angolano é resultado, substancialmente, dos partidos históricos (movimentos da luta de libertação/independência), FNLA, MPLA e UNITA, sendo claramente dominado pela polarização MPLA/UNITA (que representam cerca de 90% do eleitorado), em que o MPLA tem um poder hegemónico, que governa este país desde a proclamação da independência de Angola (Santana, 2006). Podemos observar duas vagas de partidos políticos em Angola.

A primeira corresponde a vaga dos movimentos de libertação nacional, também designados partidos históricos que se efectivaram como tal no contexto pós guerra fria. A segunda corresponde a vaga de partidos políticos que surgiram no seguimento da transição democrática para a II República de Angola.

Não percamos de vista que Angola é um país a trilhar a viragem para a democracia, onde só se realizaram até agora (2012) duas eleições multipartidárias²⁴ onde o MPLA mantém-se como partido maioritário (1992) e hegemónico (2008), e a UNITA, o maior partido da oposição, embora, claramente reduzida nos resultados das eleições de 2008.

Quanto ao *critério numérico*, o sistema partidário angolano é multipartidário, como mostram os resultados de 2008 (ver quadro 3.3), onde têm assento parlamentar 5 partidos Políticos (MPLA, UNITA, FNLA, PRS e ND). Mas, até agora, tem-se revelado um *sistema multipartidário não concorrencial de partido hegemónico*, onde o MPLA venceu as duas eleições já realizadas, e particularmente, nesta última com uma vantagem quase totalitária, onde também, não é previsível que neste sistema outros partidos possam – num futuro próximo – ganhar as eleições ou substituir o partido liderante do governo.

Quanto ao *critério da relevância*, a realidade do sistema partidário angolano tem-se mostrado com um potencial de coligação bastante grande nos partidos da segunda vaga (sobretudo os de dimensão mais pequena), como o exemplo da ND que é uma coligação de 6 pequenos partidos nas eleições de 2008, sendo que até as eleições já realizadas, não houve ainda uma coligação entre os partidos da primeira vaga.

²⁴ Embora as eleições legislativas já foram oficialmente convocadas para o dia 31 de Agosto de 2012.

No que diz respeito ao potencial de intimidação, a realidade mostra que é quase inexistente, sendo que, em circunstâncias muito particulares, os partidos da oposição – geralmente por iniciativa da UNITA – acertam posições para intimidar, fazer recuar ou até mesmo obrigar o partido hegemónico do governo (MPLA) a “negociar” questões pontuais, o que nem sempre é possível dada a esmagadora maioria parlamentar do MPLA.

No plano ideológico (ver quadros em anexo AI, onde constam os ideários dos partidos políticos), os partidos que mais claramente se polarizam são o MPLA e a UNITA, tal facto decorre também da polarização doutrinária que influenciou a condução das políticas económicas e o comportamento político dos países africanos durante os primeiros anos de independência, fortemente influenciada pela luta ideológica entre o bloco socialista *versus* bloco capitalista.

De modo geral, o grau de polarização ideológica ainda é baixo, sendo que é difícil caracterizar os partidos políticos de uma forma substantiva sobre o seu posicionamento ideológico na dicotomia esquerda-direita – que corresponde à uma das dimensões em análise sobre a correspondência ideológica para o caso angolano –. Não obstante o baixo nível de polarização ideológica do sistema partidário angolano, pode-se afirmar, em termos relativos, que a polarização ideológica mais relevante se verifica entre o MPLA e a UNITA.

O MPLA revela uma posição de maior proximidade à esquerda fruto do seu percurso histórico reflectido no socialismo de tendência marxista-leninista, adoptando desta forma os princípios associados à esquerda afirmando-se como um partido social-democrático. O MPLA defende o papel do Estado de regulador da economia e coordenador do desenvolvimento económico nacional. Preconiza também um Estado regulador que vise assegurar a justiça social, e o bem-estar económico e social das populações (ver quadro AI.1 em anexo AI).

Em relação à UNITA, esta localiza-se num flanco ideológico mais associado ao centro-direita, tendo também recebido influências do bloco capitalista ao longo do seu percurso histórico. A UNITA assenta os seus princípios fundamentais na liberdade económica, defende o liberalismo democrático associado a uma lógica de mercado livre; defende a coexistência do sector público e privado. A UNITA preconiza ainda a existência de instituições financeiras independentes e a elevação dos valores e dos princípios morais como factor de coesão social (ver quadro AI.2 em anexo AI).

Quanto à FNLA, o seu posicionamento ideológico não é muito claro, talvez por ter vindo a perder sistematicamente expressão eleitoral, sendo que, não obstante este facto, esta força política se define como um “partido de simbiose ou de intersecção do nacionalismo e da democracia cristã”. Os seus princípios colocam este partido histórico à esquerda, defendendo fortemente o papel do Estado na economia, na justiça e no garante das liberdades e garantia sociais, na participação dos cidadãos na defesa dos interesses superiores (ver quadro AI.3 em anexo AI).

O PRS defende o direito à propriedade e livre iniciativa económica, a importância da família e dos princípios fundamentais como o casamento e filiação, temas que o associam a “velha direita”, ao mesmo tempo que defende o Estado como condutor de uma economia mista e privada, e inovador ao defender um Estado federal, se calhar por ser um partido bastante regionalista (ver quadro AI.4 em anexo).

A ND é o partido-coligação mais difícil de caracterizar, e dentre os 5 partidos políticos com assento parlamentar, é o que mais se afasta em termos organizacionais – uma vez que nasce de uma coligação de 6 pequenos partidos –. Tem como lema central “dar emprego e pão para todos” e defende um sistema económico que deverá assentar na coexistência de diversos tipos de propriedades (pública, privada, mista, cooperativa e familiar). Defende também o Estado como o garante e orientador da economia nacional, privilegiando uma aproximação da sociedade civil às decisões políticas, configurando assim um perfil programático que pode estar mais próximo dos partidos da esquerda (ver quadro AI.5 em anexo AI).

Portanto, esta sucinta caracterização ideológica dos partidos políticos angolanos denota (tal como já avançado no início deste ponto) que o grau de polarização ou diferenciação ideológica é baixo, exceptuando-se, relativamente, o MPLA e a UNITA. E, como já referenciado em pesquisas sobre o grau de institucionalização dos sistemas partidários e a sua influência no plano ideológico (ver por exemplo Mainwaring e Torcal, 2005; Sanches, 2011), os sistemas partidários pouco institucionalizados, como parece ser o caso angolano, geram pouca diferenciação ideológica, e tendem a ser personalistas.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS

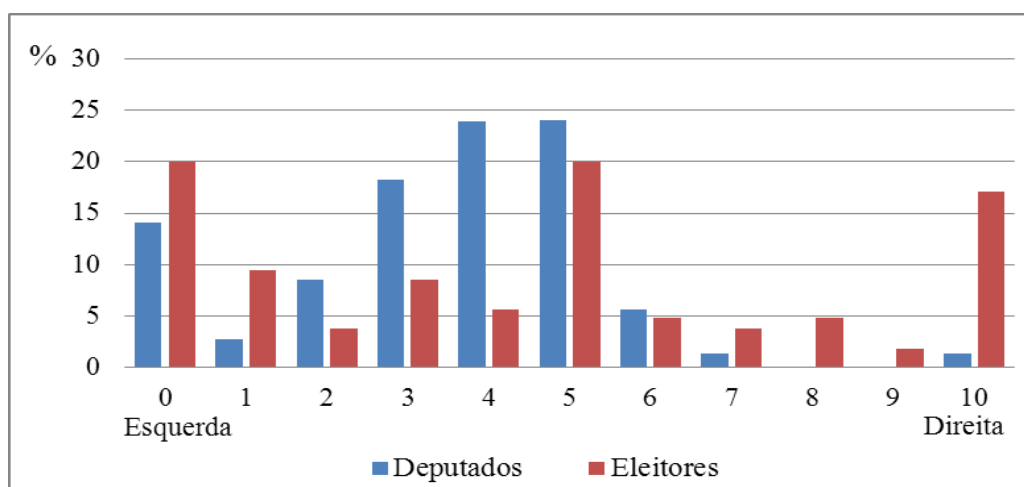
Predominantemente empírico, este capítulo visa cumprir os três objectivos específicos desta pesquisa, antes enunciados. Apresenta a análise dos resultados das três dimensões da congruência em análise nesta pesquisa e está estruturado em três secções. A primeira, intitulada “Ideologia: congruência entre deputados e eleitores na escala ideológica esquerda-direita”. A segunda, intitulada “Assuntos Políticos: congruência entre deputados e eleitores”. E a terceira secção, designada “Políticas Públicas: congruência entre deputados e eleitores”.

4.1 Ideologia: congruência entre deputados e eleitores na escala ideológica esquerda-direita

A dimensão ideológica esquerda-direita constitui um dos pilares importantes na aferição da representação ideológica. Este *continuum* (esquerda-direita), além de representar uma simplificação da linguagem política, funciona como uma espécie de “*super-issue*”, sumário das diferentes opções partidárias em matéria de políticas públicas que por sua vez minimizam a complexidade da comunicologia política, bem como permite mensurar níveis correspondência entre representados e representantes (Dalton, 1985; Converse and Pierce, 1986; Miller *et al.*, 1999; Thomassen e Schmitt, 1999; Powell, 2004; Golder e Stramski, 2010; Freire e Belchior, 2009a; 2009b; Belchior 2010a e 2010b).

Apresentam-se a seguir, a análise dos resultados obtidos quanto à aferição da congruência entre deputados e eleitores na escala esquerda-direita.

Gráfico 4.1 – Autoposicionamento na escala esquerda-direita entre deputados e eleitores (distribuição de frequências)



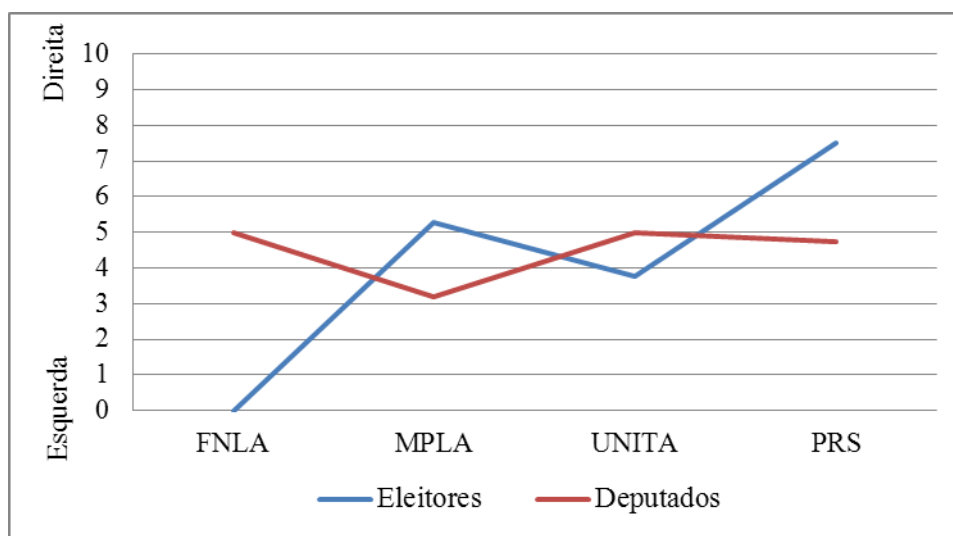
O gráfico 4.1 reporta a distribuição de frequências do autopoicionamento ideológico dos deputados e leitores na escala esquerda-direita.

Os resultados denunciam que a elite parlamentar se posiciona tendencialmente ao centro esquerda, sendo que o eleitorado também se posiciona tendencialmente ao centro, mas, com maior dispersão na escala. Por exemplo mostra o seguimento do eleitorado (cerca de 17,1%) que se posiciona radicalmente à direita (ver gráfico 4.1).

Se por um lado, os resultados denunciam uma maior polarização dos deputados à esquerda face ao eleitorado (como tem sido demonstrado pela literatura sobre a matéria, antes enunciada), por outro lado, os resultados revelam uma maior polarização dos eleitores à direita em relação à elite parlamentar (gráfico 4.1).

Todavia, no cômputo geral, deputados e eleitores posicionam-se, maioritariamente ao centro, e mais à esquerda em relação ao eleitorado no que respeita aos deputados (apesar dos eleitores se posicionarem com maior dispersão na escala), como indica o posicionamento médio geral para os deputados que é de 3,48 e para os eleitores 4,48).

Gráfico 4.2 – Autopoicionamento médio entre deputados e eleitores por partido político na escala esquerda-direita



O gráfico 4.2 apresenta os resultados circunstanciados ao autopoicionamento intrapartidário entre deputados e eleitores, utilizando-se valores médios.

Neste (gráfico 4.2) sobressai uma linha quase horizontal da elite parlamentar, que denuncia uma imagem de menor polarização interpartidária. Este resultado demonstra também o baixo grau de polarização ideológica do sistema partidário angolano – como já avançado no capítulo III.

Em relação à FNLA, os deputados deste partido assumem uma posição claramente ao centro, enquanto o seu eleitorado diverge para um posicionamento extremado à esquerda. Os resultados alcançados por este partido denunciam a maior diferença média entre eleitos e eleitores, por isso, a menor congruência entre eleitos e eleitorado (quadro 4.1).

Quadro 4.1 – Autoposicionamento médio na escala esquerda-direita entre deputados e estudantes com respectivas diferenças

Partidos	Deputados			Eleitores ²⁵			Diferença (a) – (b)
	Média (a)	Desvio Padrão	N	Média (b)	Desvio Padrão	N	
FNLA	5,00	,00	3	0,00	,00	2	5
MPLA	3,02	2,03	54	5,28	3,69	36	-2,26
UNITA	5,00	,81	10	3,75	3,76	16	1,24
PRS	4,75	,50	4	7,50	,70	2	-2,75

Nota: O partido-coligação ND não consta deste quadro porquanto não foram obtidas respostas válidas sobre esta força política.

No tocante ao partido governamental, os deputados do MPLA apresentam um posicionamento mais à esquerda em relação ao seu eleitorado que se localiza ao centro. A diferença média negativa entre deputados e eleitores do MPLA mostra uma assimetria tendencial à esquerda da elite parlamentar desta força política em relação aos seus eleitores (ver quadro 4.1).

Quanto à UNITA, deputados deste partido autoposicionam-se no centro, estando à direita dos eleitores que, por sua vez, situam-se mais à esquerda face a posição dos deputados do mesmo partido. A diferença positiva entre eleitos e eleitores revela uma assimetria tendencial à direita por parte da elite parlamentar da UNITA face ao seu eleitorado. Todavia, este partido detém a menor diferença de posições, apresentando por isso, maior congruência entre eleitos e eleitorado (ver quadro 4.1).

Em relação ao PRS, os resultados ilustram que os deputados estão mais à esquerda em relação aos seus eleitores, com a maior diferença negativa entre todos os partidos. Tal como observado com o MPLA, a diferença média negativa entre deputados e eleitores do PRS exhibe uma assimetria à esquerda da elite parlamentar em relação aos seus constituintes.

²⁵ Importa referir que foi feita uma análise por parte dos eleitores – estudantes – para aferir se existe alguma diferença significativa em termos de autoposicionamento médio por parte destes por curso. Os resultados obtidos revelaram não existirem diferenças significativas entre os eleitores por curso.

Todavia, em relação aos desvios-padrão associados ao posicionamento dos eleitores são mais elevados do que os verificados para a elite parlamentar em qualquer dos partidos políticos, variando na ordem dos 3,76 pontos, o que demonstra a ideia de menor ancoragem ideológica destes por comparação aos deputados, em conformidade com os resultados alcançados nos estudos sobre as democracias liberais (Achen 1977; Converse e Pierce, 1986; Esaiasson e Holmberg, 1996; Thomassen e Schmitt, 1999; Belchior, 2010b).

Contudo, ao analisar o posicionamento na escala esquerda-direita levantam-se potencialmente problemas metodológicos no que respeita ao entendimento que eleitos e eleitores têm desta dimensão. Esta dificuldade é particularmente importante neste estudo de caso, dado que não existem estudos prévios que dêem uma indicação sobre o posicionamento ideológicos de ambos os actores que possa ser usada como referência.

4.2 Assuntos Políticos: congruência entre deputados e eleitores

Os assuntos políticos fortemente ancorados no *continuum* esquerda-direita tradicional representam um suporte comumente utilizado para a aferição da congruência política entre eleitos e eleitores, que permite superar as dificuldades metodológicas colocadas à análise suportada no autopoicionamento na escala esquerda-direita.

Nesta secção apresenta-se à análise dos resultados obtidos quanto à aferição da congruência entre deputados e eleitores em assuntos políticos tradicionalmente caracterizadores do *continuum* esquerda-direita.

O quadro 4.2 (na página a seguir) resume as diferenças percentuais médias entre deputados e eleitores nas questões socioeconómicas da esquerda-direita, e uma questão sobre a garantia da ordem e segurança, da dimensão autoritária-libertária.

Os dados obtidos mostram, claramente, que deputados e eleitores concordam plenamente, em todos os partidos, com o importante papel esquerdista do Estado na educação, na saúde, na segurança social e na redistribuição da riqueza. Ou seja, deputados e eleitores de todos os partidos são congruentes em concordar que deve ser o Estado a garantir a educação, a saúde, deve ser o Estado a garantir uma rede de segurança social estável à população.

Quadro 4.2 – Congruência entre deputados e eleitores em assuntos políticos por partido político (%)

Assuntos Políticos	MPLA			UNITA			FNLA			PRS			ND		
	D	E	Dif.	D	E	Dif.	D	E	Dif.	D	E	Dif.	D	E	Dif.
A educação deve ser garantida sobretudo pelo Estado	86,2	88,4	2,2	100,0	84,8	15,2	100,0	100,0	0,0	100,0	71,4	28,6	100,0	100,0	0,0
A saúde deve ser garantida sobretudo pelo Estado	94,9	94,4	0,5	100,0	78,8	21,2	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
O Estado deve ser pequeno para permitir o desenvolvimento de iniciativas económicas individuais	15,1	14,1	1,0	62,5	46,6	15,9	33,3	60,0	26,7	25,0	28,6	3,6	0,0	50,0	50,0
O Estado deve garantir uma rede de segurança social estável à população	88,2	99,0	10,8	100	90,9	9,1	100	100	0,0	100	85,7	14,3	100,0	100,0	0,0
Os políticos não deveriam intervir na economia	0,0	16,7	16,7	20	42,4	22,4	0,0	20,0	20	0,0	14,3	14,3	0,0	0,0	0,0
Garantir a ordem e a segurança deve ser o mais importante	94,8	88,2	6,6	80	68,8	11,2	66,6	60	6,6	33,3	50,0	16,7	100,0	100,0	0,0
O crescimento da economia deve ser mais importante do que a distribuição da riqueza	22,8	26,0	3,2	20,0	15,7	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
O rendimento e a riqueza do país devem ser redistribuídos para o cidadão comum	78,9	80,0	1,1	100,0	90,9	9,1	100	100	0,0	100	100	0,0	100,0	100,0	0,0
Diferença Geral			5,3			13,6			6,7			9,7			6,2

Nota: ver operacionalização no capítulo II.

Os resultados evidenciam que deputados e eleitores concordam que os políticos devem intervir na economia, ao mesmo tempo que afirmam ser o mais importante a redistribuição da riqueza do que o crescimento, posições fortemente ancoradas à esquerda (ver quadro 4.2).

Os resultados afectos à questão da garantia da ordem e segurança mostram claramente que deputados e eleitores são tendencialmente autoritários, sendo os primeiros mais autoritários, contrariando os resultados alcançados em outras pesquisas semelhantes, que mostram uma tendência mais libertária no geral, em particular, a elite parlamentar é tendencialmente mais libertária em relação aos eleitores (ver por exemplo Freire e Belchior, 2009b e Belchior, *no prelo*). Estes resultados demonstram a preocupação com a garantia da ordem e estabilidade, o que poderá estar relacionada com o facto da experiência recente da guerra civil e com o clima de relativa instabilidade que se vive neste país.

No concernente às diferenças entre deputados e estudantes por partido, o MPLA é a força política com a diferença média percentual mais baixa em relação ao seu eleitorado, verificando-se um posicionamento ligeiramente à esquerda face ao seu eleitorado, tal como no posicionamento na escala ideológica esquerda-direita que consta no gráfico 4.2.

A UNITA, à semelhança do posicionamento da sua elite parlamentar tendencialmente à direita face ao posicionamento dos seus constituintes na escala ideológica, volta a revelar uma inclinação à direita face aos seus eleitores, com a maior diferença percentual entre os 4 partidos, ou seja, os eleitores deste partido demonstram tendencialmente uma postura mais esquerdista do papel do Estado em relação aos deputados (quadro 4.2).

Os resultados obtidos pela FNLA mostram que a elite parlamentar deste partido e os respectivos eleitores são congruentes no posicionamento à esquerda do papel do Estado face às questões socioeconómicas. Na mesma tendência e com diferenças percentuais aproximadas, estão os partidos PRS e ND, em que deputados e eleitores corroboram com o pleno papel esquerdista do Estado na garantia da educação, saúde, rede de segurança social, e distribuição da riqueza (quadro 4.2).

No entanto, as diferenças alcançadas mostram existir congruência política entre deputados e eleitores a nível intrapartidário, como indicam as percentagens médias da diferença entre eleitores e deputados por partido em que a máxima observada é de

13,6%, na UNITA. Outrossim, estes resultados demonstram o posicionamento à esquerda da elite parlamentar (como já verificado na secção anterior sobre o posicionamento ideológico entre deputados e eleitores), e em relação ao eleitorado, esbate-se à dispersão do posicionamento na escala esquerda-direita, estando claramente à esquerda.

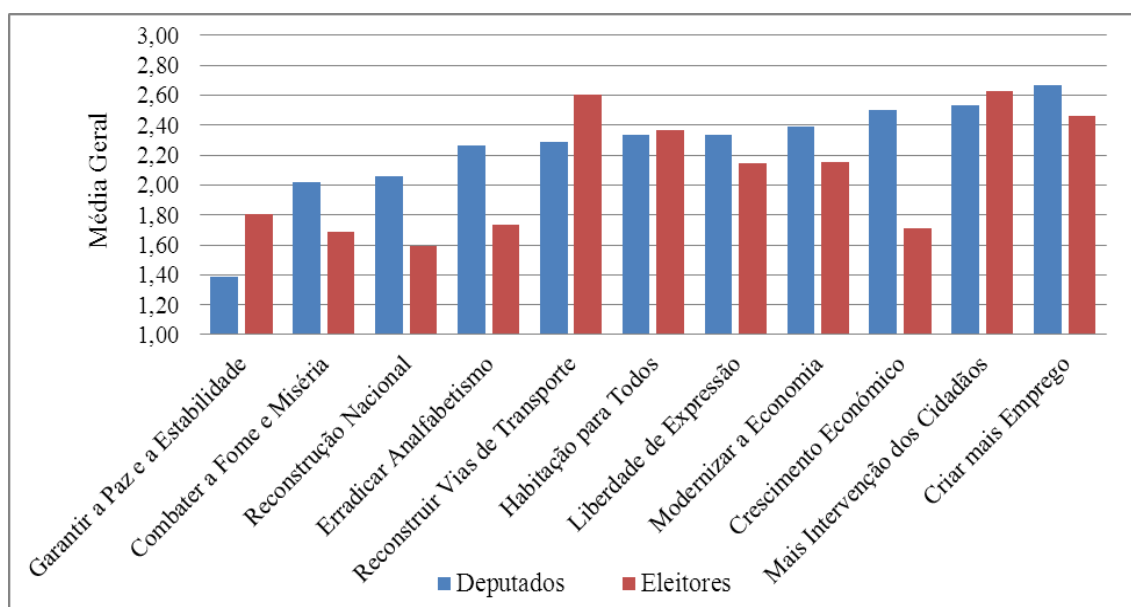
4.3 Políticas Públicas: congruência entre deputados e eleitores

Nesta secção apresentam-se os resultados obtidos quanto à aferição da congruência entre deputados e eleitores em termos de prioridade de políticas públicas. Os respondentes (deputados e eleitores) foram questionados sobre quais os três objectivos mais importantes para Angola.

A escala para aferição da congruência desta dimensão, oscila entre 1 e 3, sendo quanto mais próximos os posicionamentos médios de 1 mais prioritária é a política pública e quanto mais próximos de 3 menor prioridade que se atribui à política. Para mais detalhes sobre a operacionalização desta dimensão da congruência ver capítulo II.

O gráfico 4.3 apresenta os resultados quanto à aferição da congruência entre deputados e eleitores em termos de prioridade das 3 políticas públicas mais importantes para Angola, analisado por meio do cálculo de valores médios.

Gráfico 4.3 – Prioridades em 3 objectivos mais importantes para o país (diferenças médias gerais entre deputados e eleitores)



Estes resultados mostram, de maneira geral, que deputados e eleitores são congruentes em atribuir importância às 12 políticas públicas selecionadas para análise, como indicam as diferenças insignificativas na generalidade das políticas públicas.

Outrossim, estes resultados indicam uma relativa proximidade entre eleitos e eleitores no ordenamento das prioridades das políticas (gráfico 4.3).

Os resultados figurados no gráfico 4.3 demonstram que por parte dos eleitos, há um claro consenso quanto à prioridade do garante da paz e da estabilidade nacional, sendo este objectivo o mais prioritário para os eleitos. O que, mais uma vez, denota a importância que é atribuída pela elite parlamentar a questão da segurança (como também demonstrado na congruência política). Por parte dos eleitores, o objectivo mais prioritário é o da reconstrução nacional.

Por parte da elite parlamentar, a seguir ao garante da paz e da estabilidade nacional como objectivo prioritário para Angola, está, o combate à fome e à miséria. Do mesmo modo, para o eleitorado, a seguir a reconstrução nacional como objectivo prioritário, está o combate à fome e à miséria.

Como terceira política pública mais prioritária os deputados elegem a reconstrução nacional do país. Já os eleitores, contrariamente aos deputados, elegem como terceira prioridade para o país a garantia da paz e da estabilidade nacional (ver gráfico 4.3).

Apresenta-se a seguir, os resultados obtidos entre eleitos e eleitores por partido, mais concretamente, do MPLA e UNITA. A razão pela qual apresentamos apenas os resultados destes dois partidos está ligada ao baixo número de respostas absolutas obtidas por parte dos deputados e eleitores da FNLA, do PRS e da ND em relação à dimensão em análise.

Quadro 4.3 – Prioridades em 3 objectivos mais importantes para o país (diferenças médias gerais entre deputados e eleitores do MPLA)

Políticas Públicas	Deputados			Eleitores			Dif.
	N	M	Dp	N	M	Dp	
Reconstrução Nacional	27	2,11	0,80	11	1,45	0,82	0,66
Erradicar Analfabetismo	12	2,08	0,51	23	1,91	0,85	0,17
Modernizar a Economia	17	2,35	0,79	6	2,17	0,75	0,18
Combater a Fome e Miséria	40	2,03	0,83	31	1,55	0,62	0,48
Crescimento Económico	10	2,60	0,52	1	3,00	sd.	-0,40
Habituação para Todos	3	2,33	0,58	11	2,27	0,65	0,06
Garantir a Paz e a Estabilidade	48	1,44	0,68	23	1,83	0,83	-0,39
Mais Intervenção dos Cidadãos	8	2,88	0,35	5	2,60	0,89	0,28
Controlar o Custo de Bens Essenciais	sd.	sd.	sd.	5	2,60	0,89	-2,60
Reconstruir Vias de Transporte	5	2,00	1,00	4	2,75	0,50	-0,75
Liberdade de Expressão	3	2,67	0,58	4	2,00	0,82	0,67
Criar mais Emprego	1	2,00	0,00	20	2,60	0,50	-0,60

Nota: sd. (sem dados)

Quando analisados os dados obtidos entre deputados e eleitores por cada partido, verificamos para o caso do MPLA que os deputados têm como primeiro objectivo a garantia da paz e da estabilidade nacional, segundo, o combate à fome e à miséria e como terceiro, a reconstrução nacional (quadro 4.3).

Já o eleitorado deste partido, elege como primeiro objectivo o combate à fome e à miséria, segundo, a garantia da paz e da estabilidade e como terceiro objectivo a erradicação do analfabetismo (quadro 4.3).

Apesar dos eleitores do MPLA atribuírem mais importância a questão da erradicação do analfabetismo em relação à sua elite parlamentar, estes resultados mantêm o foco tendencial da congruência entre deputados e eleitores nas questões ligadas ao garante da paz e da estabilidade, e do combate à fome e à miséria.

Quadro 4.4 – Prioridades em 3 objectivos mais importantes para o país (diferenças médias entre deputados e eleitores da UNITA)

Políticas Públicas	Deputados			Eleitores			Dif
	N	M	Dp	N	M	Dp	
Reconstrução Nacional	2	3,00	sd.	2	2,00	,000	1,00
Erradicar Analfabetismo	2	3,00	0,00	13	1,77	0,73	1,23
Modernizar a Economia	sd.	sd.	sd.	2	1,00	0,00	-1,00
Combater a Fome e Miséria	9	1,89	0,60	16	1,69	0,79	0,20
Crescimento Económico	2	2,00	sd.	2	1,00	,000	1,00
Habituação para Todos	sd.	sd.	sd.	5	2,20	0,84	-2,20
Garantir a Paz e a Estabilidade	7	1,29	0,76	9	1,89	0,78	-0,60
Mais Intervenção dos Cidadãos	1	2,00	0,00	5	3,00	0,00	-1,00
Controlar o Custo de Bens Essenciais	sd.	sd.	sd.	5	2,40	0,89	-2,40
Reconstruir Vias de Transporte	2	3,00	0,00	1	2,00	0,00	1,00
Liberdade de Expressão	4	1,75	0,96	4	2,00	1,15	-0,25
Criar mais Emprego	1	3,00	0,00	8	2,25	0,89	0,75

Nota: sd. (sem dados)

No respeitante à UNITA, os resultados assemelham-se na mesma tendência, a elite parlamentar desta força política elege como primeiro objectivo o combate à fome e à miséria, como segundo, o garante da paz e da estabilidade nacional, e em terceiro à liberdade de expressão.

Por sua vez, os eleitores da UNITA escolhem como primeiro objectivo o combate à fome e à miséria, o segundo objectivo, a erradicação do analfabetismo, e como terceira prioridade, a garantia da paz e da estabilidade nacional. Estes resultados assemelham-se claramente aos resultados obtidos entre deputados e eleitores do MPLA,

remetendo, novamente, o foco da congruência nos objectivos da garantia da paz e da estabilidade nacional e no combate à fome e à miséria.

Os deputados da UNITA e do MPLA divergem na eleição do terceiro objectivo primordial, sendo que a elite parlamentar do partido governamental escolhe a reconstrução nacional e a elite parlamentar do maior partido da oposição elege a liberdade de expressão, que poderá estar ligado à questão das liberdades e garantias dos direitos dos cidadãos em relação à democracia.

Todavia, é interessante verificar que, em termos de médias e em termos de ordenamento das prioridades, com excepção ao combate à fome e à miséria em que deputados e eleitores apresentam diferenças insignificativas, os resultados demonstram existir congruência no grau de prioridade dos três objectivos para este país (Angola), como ilustram os valores contidos no gráfico 4.6.

Outrossim, na generalidade os resultados confirmam um consenso entre a elite parlamentar e seus respectivos eleitores, tal como dão uma indicação congruente entre ambos sobre o grau de importância das questões ligadas ao garante da paz e da estabilidade do país, à reconstrução nacional do país, assim como o combate à fome e à miséria em Angola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de qualquer outra inferência a retirar, é imprescindível não perder de vista a consideração de que a congruência ideológica e política, é sempre uma realidade muito complexa de aferir, sobretudo, quando estudada por meio do cálculo de posicionamentos médios entre eleitos e eleitores como nesta pesquisa sobre o caso “*sui generis*” angolano.

O primeiro objectivo desta pesquisa visou a aferição da correspondência por meio dos cálculos médios dos autoposicionamentos de eleitos (deputados) e eleitores (estudantes) na escala esquerda-direita, onde sucintamente se observou que o campo ideológico das médias gerais dos autoposicionamentos tanto para os deputados como para os eleitores destaca-se tendencialmente ao centro, sendo o MPLA o partido em que os deputados revelam uma posição mais à esquerda na escala esquerda-direita.

De um modo geral, no respeitante ao autoposicionamento esquerda-direita, o partido com a maior diferença entre eleitos e eleitores é a FNLA – desta forma, menos congruente ao seu eleitorado. A UNITA é o partido com a menor diferença média entre deputados e eleitores, por isso, mais congruente ao seu eleitorado.

O segundo objectivo visou a aferição da congruência por meio dos cálculos médios dos graus de concordância entre deputados e eleitores em assuntos políticos da dicotomia esquerda-direita. Neste concluiu-se, em termos gerais, que deputados e eleitores têm o mesmo posicionamento, defendendo claramente, um papel esquerdista do Estado nas questões socioeconómicas, como a garantia da saúde, da educação, da rede de segurança social para aos cidadãos, bem como, a redistribuição da riqueza.

O terceiro – e último – objectivo compreendeu a aferição da congruência entre deputados e eleitores, por meio do cálculo médio das preferências em termos de prioridades de políticas públicas para o país.

Neste, conclui-se que, não obstante ao facto de os dados mostrarem diferenças irrelevantes quanto ao que os deputados têm como objectivo mais prioritário em comparação ao eleitorado, ambos se colocam no mesmo plano; isto é, têm como prioridade as políticas que garantam a paz e estabilidade, o combate à fome e à miséria e a reconstrução nacional. O que indica existir congruência entre eleitos e eleitores em termos de prioridades nas políticas públicas analisadas.

Outrossim, em função dos resultados alcançados, pode-se concluir que deputados e eleitores são congruentes, uma vez observados na generalidade das três

dimensões em análise, valores médios muito próximos entre a elite parlamentar e o eleitorado.

Conquanto, não se deve deixar de ter em conta as limitações desta generalização, uma vez tratando-se de uma congruência aferida por meio da comparação de cálculos médios de duas amostras independentes (em volume e dispersão) e por ser também reconhecido que o autoposicionamento médio da elite parlamentar e do eleitorado significam conceptualmente posições diferentes, na medida em que os deputados formam uma entidade colectiva e os eleitores afigurarem-se mais dispersos.

Portanto, esta pesquisa deixa em aberto a questão de partida sobre a congruência política para o caso angolano, por um lado, pela limitação inerente à quase inexistência de estudos sobre este tópico para o caso angolano, por outro, pelas várias questões que a partida podem levantar-se sobre este fenómeno em Angola, como por exemplo, a questão sobre quais poderão ser os factores explicativos para a correspondência política entre eleitos e eleitores em Angola.

FONTES

African Election Database (<http://africanelections.tripod.com/ao.html>)

Comissão Constitucional (2009-2010), <http://www.comissaoconstitucional.ao/default.php>

Comissão Nacional Eleitoral de Angola (www.cne.ao)

Constituição da República de Angola (2010), Imprensa Nacional de Angola, Luanda

FNLA, <http://www.fnla.net/projet.html>; e http://www.fnla.net/historique/historia_da_fnla.htm

MPLA, http://www.mpla10.org/download/programa_governo2009-2012.pdf

ND, <http://www.comissaoconstitucional.ao/uploadfiles/anteprojecto-nd.p>

PRS, <http://www.prs-angola.com>

UNITA, <http://www.unitaangola.com>

BIBLIOGRAFIA

- Achen, Christopher H. (1977), “Measuring Representation: Perils of the correlation coefficient”. *American Journal of Political Science*, XXI, nº 4: 805-815.
- Achen, Christopher H. (1978), “Measuring Representation”, *American Journal of Political Science*, XXII, nº 3: 475-510.
- Amundsen, Inge (2011), “Partidos Políticos em Angola: Na tendência africana,” *Angola Brief*, CMI e CEIC, Volume 1, n.º 10.
- Araújo, R. (2000), *Os Sistemas de Governo de Transição Democrática nos PALOP*. Coimbra, Coimbra Editora.
- Aurélio, Diogo P. (2009) (coordenador), *Representação Política: Textos Clássicos*. Lisboa: Livros Horizontes.
- Belchior, Ana M. (2010a), “Elite parlamentar e eleitores na perspectiva da representação política”. Em Viegas, José Manuel Leite et al (orgs), *A qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 131-154.
- Belchior, Ana M. (2010b), *Democracia e Representação Partidária: A elite Parlamentar e os Cidadãos*, Lisboa: ICS.
- Belchior, Ana M. (no prelo), “Is Party Type Relevant to an Explanation of Policy Congruence? Catch-all versus Ideological Parties in the Portuguese Case”.
- Bell, Judith (2010), *Como Realizar um Projecto de Investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. 5ª edição, Lisboa. Gradiva.
- Birch, Anthony (1971), *Representation*. Londres: Pall Mall Press.
- Blais A., and Bodet, M. A. (2006), “Does Proportional Representation Foster Closer Congruence between Citizens and Policymakers?” *Comparative Political Studies*, 39: 1243-1263.
- Braga, Manuel M. (2005), “Os partidos políticos africanos no virar do milénio: um ensaio preliminar”, p. 53-77, Centro de Estudos Africanos, ISCTE.
- Budge, Ian and Hans-Dieter Klingemann, Andrea Volkens (2001). *Mapping policy preferences: estimates for parties, electors, and governments, 1945-1998*. Oxford University Press.
- Carvalho, P. at al. (2006), *O Poder Político e o Sistema de Governo em Angola*, Luanda, Fundação Frederich Erbert, pp. 4-6.
- Carvalho, P. (2008), “Ausência de imparcialidade na cobertura da campanha eleitoral Angolana 2008 pela imprensa de Luanda”, *Revista Angolana de Sociologia*, Mangualde, pp. 99-126.
- Chabal P. e N. Vidal (2007), *Angola, The Wheight of History*. London: Hurst.
- Converse, Philip E., and Roy Pierce (1986), *Political Representation in France*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Correia, Pedro de Pezarat (1996), *Angola. Do Alvor a Lusaka*, Lisboa, Hugin.
- Dahl, R. A. (1956), *A Preface to Democratic Theory*, Chicago, University of Chicago Press.
- Dalton, Russell J. (1985), “Political Parties and Political Representation: Party Supporters and Party Elites in Nine Nations”. *Comparative Political Studies*, 18: 267-299.
- Diamond L. (2002), “Elections without democracy: thinking about hybrid regimes”, *Journal of Democracy*, 13 (2), pp. 21-35.

- Duverger, M. ([1951] 1980), *Os Partidos Políticos*, Brasília, Universidade de Brasília.
- Esaiasson P. e Holmberg, S. (1996), *Representation from Above: Members of Parliament and Representative Democracy in Sweden*. Aldershot:Dartmouth.
- Fortin, Marie-Fabienne (2009), *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Loures, Lusodidacta.
- Freire André e Ana M. Belchior, e (2009), “Representação Política em Portugal. Congruência entre deputados e eleitores em termos de preferências políticas”. em Freire, André e José Manuel Leite Viegas (organizadores) (2009), *Representação Política. O Caso Português em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Sextante, pp. 255-286.
- Freire, André e José Manuel Leite Viegas (orgs.) (2009a), *Representação Política. O Caso Português em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Sextante.
- Freire, André, José Manuel Leite Viegas e Filipa Seiceira (orgs.) (2009b), *Representação Política em Portugal. Inquéritos e Bases de Dados*, Lisboa, Sextante.
- Freire, André e Ana Maria Belchior (2010), "Os significados de «esquerda» e «direita» para os portugueses", in Viegas, José Manuel Leite, Susana Santos e Sérgio Faria (orgs.), *A Qualidade da Democracia em Debate: Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 107-129
- Grofman, Bernard (1982) “Should Representatives Be Typical of Their Constituents?”, em Bernard Grofman et al. (eds) *Representation and Redistricting Issues*, pp.97-9. Lexington: D. C. Heath.
- Golder, Matt e Stramski, Jacek. (2010), “Ideological Congruence and Electoral Institutions”. *American Journal of Political Science*, 54:90-106.
- Heimer, Franz-Wilhelm e Elissete Marques da Sila (2002), “ Cultura política em Angola e Moçambique – Elementos para uma agenda de investigação.”, *Revista de Estudos Africanos*, ISCTE.
- Hill, Manuela M. e Hill Andrew (2009), *Investigação por Questionário*. 2ª edição, Lisboa, Edições Sílabo.
- Hodges, Tony (2003), *Angola Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Cascais, Principia.
- Huntington, Samuel P. (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, University of Oklahoma Press.
- Imbamba, José Manuel (2003), *Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos, Um Projecto Filosófico para Angola do 3º Milénio à Luz da Filosofia de Battista Mondim*, Luanda, Paulinas.
- José, Gildo M. (2009), *O Processo de Construção da Nação Angolana: uma abordagem filosófica*, Trabalho de fim do curso para obtenção do grau de licenciatura em Ciências da Educação, opção de Filosofia, Lubango, ISCED.
- Kitschelt H., Z. Mansfeldova, R. Markowski, and G. Toka (1999), *Post-Communist Party Systems: Competition, Representation and Inter-Party Cooperation*. New York: Cambridge University Press.
- Lobo, Marina C. e Octavio Amorim Neto (orgs.) (2009), *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa, ICS.

- Lodge, T., D. Kadima e D. Pottie (eds.) (2002), *Compendium of Elections in Southern Africa*, Johannesburg, EISA.
- Luna, Juan and Elizabeth Zechmeister (2005), “Political Representation in Latin America: A Study of Elite-Mass Congruence in Nine Countries.” *Comparative Political Studies* 38 (4): 388-416.
- Nganga, João Paulo, N. Vidal e J.P. Andrade (org.) (2006), “*O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*”, Universidade católica de Angola + Universidade de Coimbra, Luanda + Lisboa.
- Madison, James [1982 (1788)]. “Federalist 70”, em: Hamilton, Alexander; Madison, James; Jay, John. *The Federalist Papers*. Edited by Gary Wills. New York: Bantam.
- Mainwaring, Scott, e Mariano Torcal (2006), “Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization”. Em *Handbook of party politics.*, eds. Richard S. Katz, William Crotty, 204-227. London ; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications.
- Matlosa, Khabele (2005), “*Political Parties and de democratization in the Southern African development community region: The weakest link?*” EISA- Research Report N° 15.
- Mill, J. S (1991 [1861]), *Considerations on Representatives Government*, Nova Iorque, Prometheus Book.
- Miller, Warren E. and D. Stokes. (1963), “Constituency Influence in Congress”. *American Political Science Review* 57: 45–56.
- Miller, Warren E.; Pierce, Roy; Thomassen, Jacques; Herrera, Richard; Holmberg, Sören; Esaiasson, Peter; Wessels, Bernhard (1999), *Policy Representation in Western Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Page, B., *at al.*, (1984) “Costituency, party and representation in Connesse”. *Public Opinion Quarterly*, 48, n.º 4: 741-756.
- Pantoja, Adrian D. and Gary M. Segura (2003) “Does Ethnicity Matter? Descriptive Representation in Legislatures and Political Alienation Among Latinos”, *Social Science Quarterly* 84(2): 441-60.
- Pestana, Maria H. e Gageiro, João N. (2008), *Análise de Dados para Ciência Sociais: a complementariedade do SPSS*. 5ª Edição. Lisboa, Edições Sílabo.
- Pitkin, Hanna F. (1967), *The Concept of Representation*, Berkley, Los Angels e Londres, University of California Press.
- Popper, Karl R. (2007 [1959]), *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo, Cultrix.
- Powell, Bingham G. (2004), “Political representation in comparative politics”. *Annual Review of Political Science*, nº7: 273-296.
- Putnam, Robert (1976), *The Comparative Study of Political Elites*, Nova Jérícia: Prentice-Hall.
- Przeworski, Adam, Susan Stokes, and Bernard Manin (1999), *Democracy, Accountability, and Representation*, Cambridge University Press.
- Quivy, R. e L. V. Campenhoudt (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª Edição. Lisboa, Gradiva.

- Rice, S. E e S. Patrik (2008), *Index of state weakness in developing world*, Washington, The Brookings Institution (<http://www.brookings.edu/research/reports/2008/02/weak-states-index>).
- Sanches, E. (2011), “Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona – O caso cabo-verdiano”, *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, ISCTE.
- Santana, Augusto (2006), *Political Parties, and Political Evolution in Angola*, Eisa Research Report n° 28/ 2006, IDEA, South Africa.
- Santos, J. R. (2009), “Entre o Futungo e a Assembleia: considerações sobre o sistema político angolano”, Cap. 3, pp. 49-77, em Lobo, Marina C. e Octavio Amorim Neto (orgs.), *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa, ICS.
- Sartori, G. ([1971] 1982), *Partidos e Sistemas Partidários*, Brasília, Universidade de Brasília.
- Thomassen, Jacques (1994), “Empirical research into political representation: failing democracy or failing models?” em *Elections at Home and Abroad*, eds. M. Kent Jennings e Thomas E. Mann. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Thomassen, Jacques e Schmitt, Hermann (1999), “Introduction: political representation and legitimacy in the European Union, eds. In *Political Representation and Legitimacy*, eds. Thomassen, Jacques e Schmitt, Hermann, Oxford University Press, Oxford e Nova Iorque.
- Vasconcelos, Pedro B. (2010), *Semanário Angolense*, edição 54, 13 de Fevereiro, Luanda.
- Vidal, N. e Justino Pinto de Andrade (eds. & orgs.) (2008a), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*, 3ª ed., Luanda, Universidade Católica de Angola.
- Vidal, N. e Justino Pinto de Andrade (eds. & orgs.) (2008b), *Sociedade Civil e Política em Angola, enquadramento regional e internacional*, Luanda & Lisboa: Firmamento, Universidade Católica de Angola e Universidade de Coimbra.
- Vines, Alex (2008), “Angola: Looking beyond elections”, *European Union Institute for Security Studies*, October.
- Wessels, B. (1999), “System characteristics matter: empirical evidence from ten representation studies” em Warren Miller, Roy Pierce, Jacques Thomassen, Richar Herrera, Soren Holmberg, Peter Esaiasson e Bernhard Wessels (orgs), *Policy Representation in Western Democracy*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press.
- Weissberg, Robert (1978), “Collective vs. Dyadic Representation in Congress.” *American Political Science Review*, 72: 535-47.

ANEXO AI – CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM ASSENTO PARLAMENTAR

Quadro AI.1 – MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola)

Indicadores	Posição do Partido
Data de Fundação	1956
Génese	Movimento de luta pela independência de Angola, fortemente sustentada no início pela etnia Kimbundo.
Data de Legalização	1991
Posição face ao regime democrático	Consolidar a estabilidade política e reforçar a democracia; Reforçar a capacidade institucional do país e melhorar a governação; paz, justiça, democracia, estabilidade social, coesão social, segurança interna. . .
Posicionamento Ideológico	Inspiração comunista (1956) Assume-se como movimento de tendência Marxista-Leninista Socialista/ Social Democrático (1992)
Influências políticas	Apoio da URSS. Membro da Internacional Socialista.
Posição face a outros partidos políticos	Defende que a liberdade de associação como condição indispensável à democracia, as organizações da sociedade civil, particularmente as socioprofissionais, constitui um dos garantes da participação efectiva dos cidadãos na discussão política.
Importância da consulta popular	Defesa escrupulosa das disposições legais relativas à restrição, limitação ou suspensão de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, consolidação e defesa dos direitos culturais, garantia dos cidadãos.
Bases do partido	Agrupa principais figuras do Nacionalismo Angolano e estudante no exterior. Incentivo á Unidade Nacional Partido de massas
Proximidade do partido com a realidade social	Considera importantes que o Estado e outras instituições assegurem um gradual e efectivo exercício dos direitos e deveres económicos, sociais, saúde, habitação, protecção á família, à educação e ensino e outros constitucionalmente consagrados.
Juventude partidária	JMPLA – Organização e educação dos jovens angolanos dentro dos princípios e orientação do partido
Órgão feminino do partido	OMA- Organização da Mulher Angolana
Tipo de movimento	Movimento de libertação armada
Dimensão do partido	Grande

Fontes: Adaptado a partir de http://www.mpla10.org/download/programa_governo2009-2012.pdf

Quadro AI.2 – UNITA (União Nacional para Libertação Total de Angola)

Indicadores	Posição do partido
Data de Fundação	1966
Génese	Surgiu com o projecto Muangai, como um movimento de luta armada pela independência. Fortemente apoiado no sul e centro sul do país com uma base de apoio da etnia maioritária: Ovibumdos.
Data de Legalização	1992
Posição face ao regime Democrático	Construir um Estado Democrático e de direito, promover a democracia política, económica e social, inspirada nos princípios e valores consagrados nos estatutos, Unir o povo Angolano na luta pela Paz, democracia, solidariedade nacional e integridade territorial.
Posicionamento Ideológico	Nacionalismo africano. Liberalismo democrático associado a uma lógica de Mercado Livre
Influências políticas	Membro dos Democratas de Centro. Alianças com o Congo Democrático, actual RDC, Partidos Conservadores EUA, RENAMO, África do Sul.
Posição face a outros partidos políticos	Democracia assegurada através da consulta popular através de vários Partidos Políticos
Importância da consulta popular	Promove a protecção das liberdades fundamentais e dos direitos da pessoa humana, Democracia assegurada pelo voto do povo
Bases do partido	Ovibumdos, com fortes ligações com centro-sul do país, com quadros notáveis.
Proximidade do partido com a realidade social	Promoção de uma sociedade alicerçada na igualdade de oportunidades e justiça social
Juventude partidária	JURA – Organização juvenil do partido e é qualificada como uma organização de massas.
Órgão feminino do partido	LIMA – Liga da Mulher Angolana
Tipo de movimento	Luta de libertação nacional
Dimensão do partido	Grande.

Fontes: Adaptado a partir de <http://www.unitaangola.com> ; Unita, 2008.

Quadro AI.3 – FNLA (Frente de Nacional Libertação de Angola)

Indicadores	Posição do Partido
Data de fundação	1957
Génese	Partido com implementação predominantemente nas províncias do norte, sendo que, inicialmente e ainda hoje, maioritariamente ancorado na etnia Bakongo. Evoluiu a partir das UPNA (Populações da União do Norte de Angola).
Data de legalização	20.08.1992
Posição face ao regime Democrático	Institucionalizar, pela via política uma sociedade livre em Angola, onde os direitos fundamentais do homem sejam respeitados; Consagra a edificação de Angola como um Estado Democrático e de Direito.
Posicionamento ideológico	Define-se como um partido de simbiose ou intersecção da democracia cristã e do nacionalismo.
Influências políticas	Recebeu apoio do Zaire, a E.U.A. e China. Apoio do regime de Mobutu, no Congo-Zaire.
Posição face a outros partidos políticos	Defende a participação efectiva dos cidadãos numa democracia multipartidária
Importância da consulta Popular	Defende o alcance das aspirações dos angolanos, a defesa dos seus interesses superiores e a luta partidária pelo seu progresso e bem-estar social. Promove a organização de militantes através de estruturas próprias de modo a garantir a sua participação na vida activa dos pais.
Bases do partido	Base étnica.
Proximidade do partido com a realidade social	Defende a organização do partido em órgãos centrais e locais, delega na JNFLA e na AMA a organização das massas e a dinamização das actividades do Partido.
Juventude partidária	JNFLA -Juventude da Frente Nacional de Libertação de Angola.
Órgão feminino do partido	AMA – Associação da Mulher Angolana.
Tipo de movimento	Movimento de libertação nacional
Dimensão do partido	Pequena.

Fontes: Adaptado a partir de <http://www.fnla.net/projet.html>; FNLA (2008);

http://www.fnla.net/historique/historia_da_fnla.htm

Quadro AI.4 – PRS (Partido de Renovação Social)

Indicadores	Posição do Partido
Data de Fundação	1990
Génese	Foi criado como uma plataforma para o povo do nordeste do país, nas províncias da Lunda Norte e Lunda Sul, suportada etnicamente pelos Lundas-Cokwe.
Data de Legalização	1992
Posição face ao regime Democrático	Manutenção e consolidação do regime democrático; aceleração do desenvolvimento económico e financeiro do país; necessidade da manutenção da independência das forças de segurança.
Posicionamento Ideológico	A descentralização, em particular, as eleições locais e um sistema federal de governo. Partido de cariz republicano. Reivindicações federalistas.
Influências políticas	Contactos com partidos em Portugal, Partido de Renovação Social da Guiné-Bissau, EUA.
Posição face a outros partidos políticos	Convidar todas as forças políticas do país a envidar um esforço comum, com vista à instauração de um regime democrático, Pluralismo de ideias e de coexistência pacífica com outros partidos para o bem-estar do povo angolano.
Importância da consulta popular	Garantir o regime eleitoral igual para todo baseado no sufrágio universal internacionalmente reconhecido em voto directo e secreto
Bases do partido	Foi fundado por militantes de origem social humilde e camponesa.
Proximidade do partido com a realidade social	Reconhece e incentiva e apoia todas as organizações sociais, tais como: as da juventude, de crianças, mulheres sindicatos e outras.
Juventude partidária	JURS – órgão que congrega todos os jovens dos 6 aos 35 anos, têm como objectivo educar os seus membros e empenharem-se na materialização das orientações emanadas pelo partido a fim de combaterem as características de dominação tribal, racial e outras formas de discriminação.
Órgão feminino do partido	A União das Mulheres da Renovação Social (UMRS)
Tipo de movimento	Organização política de massas
Dimensão do partido	Pequena. Partido regionalista e regional.

Fontes: Adaptado a partir de <http://www.prs-angola.com>; PRS (2008).

Quadro AI.5 – ND (Nova Democracia-Coligação)

Indicadores	Posição do Partido
Data de Fundação	18 De Novembro de 2006
Génese	Movimento para a Democracia de Angola (MPDA), Partido Social Independente de Angola (PSIA) e Partido Socialista Liberal (PSL). A coligação congrega ainda os partidos União Nacional para a Democracia (UND), União Angolana pela Paz, Democracia e Desenvolvimento (UADPDD) e a Aliança Nacional Independente de Angola (ANIA). Este partido implantou-se em Luanda, sem no entanto ter uma base étnica de apoio.
Data de Legalização	Julho de 2008
Posição face ao regime Democrático	A República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a unidade nacional, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo de expressão e de organização Política, Basear-se sempre na auscultação das organizações da sociedade civil para a preparação de decisões.
Posicionamento Ideológico	O lema da coligação é dar emprego e pão para todos. Solidariedade económica, social e cultural. O Estado orienta o desenvolvimento da economia nacional
Influências políticas	A maioria dos seus partidos pertencia à coligação Partidos da Oposição Civil. No seu manifesto, a Nova Democracia, que conta com a adesão da União Nacional para a Renascença Democrática (UNRD), pugna pela responsabilidade histórica do país e servir de "placa giratória" da oposição política angolana, visando o bem-estar dos cidadãos.
Posição face a outros partidos políticos	Os partidos políticos, no quadro da presente Lei e das leis ordinárias, concorrem, em torno de um projecto de sociedade e de um programa político, para a organização e para a expressão da vontade dos cidadãos. Os partidos políticos têm direito a igualdade de tratamento por parte das entidades que exercem o poder público
Importância da consulta popular	O povo angolano exerce o poder político através do sufrágio universal periódico para a escolha dos seus representantes, através do referendo e por outras formas de participação Democrática directa ou indirecta dos cidadãos na vida da Nação.
Bases do partido	
Proximidade do partido com a realidade social	Organização política e o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados.
Juventude partidária	JPDP-ANA
Órgão Feminino	A.M.A./PDP-ANA
Tipo de movimento	Coligação de Partidos, designados por Oposição Civil
Dimensão do partido	Pequena

Fontes: Adaptado a partir de <http://www.comissaoconstitucional.ao/uploadfiles/anteprojecto-nd.p>; ND (2008).

Quadro AI.6 – Síntese Comparativa dos 5 Partidos Políticos

Nº	MPLA	UNITA	PRS	FNLA	ND
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS					
1	Uma Ordem Económica assente na livre iniciativa empresarial, no mercado e na acção reguladora e promotora do Estado com vista a assegurar a justiça social e o bem-estar económico e social das populações	Uma ordem económica assente na livre iniciativa empresarial, no mercado e na acção reguladora e promotora do Estado	A Propriedade privada e livre iniciativa económica	Uma Ordem Económica assente na livre iniciativa empresarial, no mercado e na acção reguladora e promotora do Estado com vista a assegurar a justiça social e o bem-estar económico e social das populações;	Vontade popular e comprometida na edificação de uma sociedade pluralista, livre, democrática, de paz, processo e justiça social
2	A laicidade do Estado angolano	Importância dos valores morais para coesão Social	O princípio da Laicidade do Estado Federal	A laicidade do Estado angolano	A laicidade do Estado
3	O princípio da propriedade pública dos recursos naturais e o seu aproveitamento racional em benefício da comunidade, com respeito pelo ambiente e pelos direitos das futuras gerações	O aproveitamento racional dos recursos naturais em benefício da comunidade, com respeito pelo ambiente e pelos direitos das futuras gerações	O princípio da propriedade do povo dos recursos naturais, sob gestão do Estado	O princípio do aproveitamento racional dos recursos nacionais em benefício da comunidade, com respeito pelo ambiente e pelos direitos das futuras gerações.	O princípio da propriedade pública dos recursos naturais
DIREITOS, LIBERDADES, GARANTIAS E DEVERES FUNDAMENTAIS					
4	Consagrar o reconhecimento e as garantias de respeito pelos Direitos Humanos, de harmonia com a letra e o espírito das convenções internacionais sobre os Direitos da Pessoa Humana	Consagrar as garantias, direitos e liberdades civis, económicos e culturais do Homem	Consagrar as garantias, direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos	Consagrar o reconhecimento e as garantias de respeito pelos Direitos Humanos, de harmonia com a letra e o espírito das convenções internacionais sobre os Direitos da Pessoa Humana;	Consagrar o reconhecimento e as garantias dos direitos fundamentais e liberdades públicas, em harmonia com os instrumentos jurídicos internacionais que Angola tenha aderido
5	Responsabilidade do Estado e de outras entidades públicas	Responsabilidade do Estado e de outras entidades públicas	Responsabilidade das entidades públicas		
6	Definição da Família e filiação	Definição da Família e filiação	Definição da Família, casamento e filiação		Definição da Família e filiação
DIREITOS E DEVERES ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS					
7	Direito ao ensino,	Educação, cultura e	Cultura; desporto;	Educação	Acesso dos

	cultura e desporto	ciência	ciência e tecnologia; educação		cidadãos à instrução, à cultura e ao desporto
8	Direito ao trabalho	Direito ao trabalho; direito dos trabalhadores	Direito ao trabalho; direito dos trabalhadores	Protecção profissional	Direito ao trabalho
9	Saúde e segurança social	Saúde; Segurança social e solidariedade	Saúde; segurança social	Assistência	Garantia à assistência médica e sanitária
ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA					
10	Princípios fundamentais (Papel do Estado de regulador da economia e coordenador do desenvolvimento económico nacional harmonioso, nos termos da Constituição e da Lei; Livre iniciativa económica e empresarial, a exercer nos termos da Lei; Livre mercado, na base dos princípios e valores da concorrência, da moralidade e da ética, previstos e assegurados por Lei; Respeito e protecção à propriedade e iniciativa privada; Responsabilidade social da propriedade; Redução das assimetrias regionais e desigualdades sociais; Concertação social; Defesa do consumidor e do ambiente) Sectores económicos (coexistência dos sectores público, privado e cooperativo; direito ao uso e fruição comunitária de meios de produção)	Princípios fundamentais (liberdade económica; subordinação do poder económico ao poder político democrático; coexistência do sector público, privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção; propriedade pública dos recursos naturais e de meios de produção; planeamento e controlo democrático, participativo e descentralizado do desenvolvimento económico e social; participação das organizações representativas dos trabalhadores e das organizações representativas das actividades económicas na definição das principais medidas de política; Banco Central independente; transparência, rigor e verdade na execução orçamental e na gestão das finanças públicas; fiscalização contabilística, patrimonial, financeira e operacional dos planos, programas e orçamentos de órgãos públicos)	Princípios (subordinação do poder económico ao poder político; coexistência do sector público, privado, sector familiar e do sector cooperativo social de propriedade dos meios de produção; liberdade de iniciativa de organização empresarial no âmbito de uma economia mista e privada)		O sistema económico visa criar as condições para o seu funcionamento eficaz no interesse do desenvolvimento económico nacional e da satisfação das necessidades dos cidadãos O Sistema económico assenta na coexistência de diversos tipos de propriedade, pública, privada, mista, cooperativa e familiar.
11	Bens do domínio público e privado do Estado	Bens do domínio público do Estado	Bens da Federação; todos os recursos naturais existentes no solo, subsolo, águas interiores, mar territorial,		Todos os recursos naturais existentes no solo, subsolo, águas interiores, mar territorial,

			plataforma continental e zona económica exclusiva são propriedade do povo, sob responsabilidade do Estado Federal, que determina as condições do seu aproveitamento, exploração e utilização racional		plataforma continental e zona económica exclusiva são propriedade do Estado
12		Institucionalização de um Sistema Nacional de Segurança Social			

Fonte: Adaptado a partir de : <http://www.comissaoconstitucional.ao/default.php>

ANEXO AII – FICHA TÉCNICA

Inquérito aplicados aos deputados da Assembleia Nacional de Angola

Os primeiros contactos formais para o processo de inquirição começaram em Agosto de 2011 com os grupos parlamentares dos partidos da Assembleia Nacional, sendo que os inquéritos foram apenas aplicados aos deputados em 2012, no período entre 12 Março e 31 de Maio. O processo de inquirição visou o universo dos 220 deputados que compõe a Assembleia Nacional de Angola, mas, as dificuldades de contacto e as dificuldades de obtenção de respostas permitiram validar apenas 35,9% do universo de 220 deputados. A distribuição das respostas por grupo parlamentar consta no quadro AII. 1

Quadro AII.1 – Respostas dos deputados por Grupo Parlamentar (%)

Grupo Parlamentar	N.º de deputados do GP	N	% de respostas do total	% Respostas por GP
FNLA	3	3	3,8	100
MPLA	191	60	75,9	31,4
ND	2	2	2,5	100
PRS	8	4	5,1	50
UNITA	16	10	12,7	62,5
Total	220	79	100	-

Quanto à variável sociodemográfica sexo, os eleitos que participaram desta pesquisa foram, maioritariamente, do sexo masculino com 69,6%, sendo que a participação do sexo feminino foi de 30,4%. Quanto a idade dos deputados, a maior percentagem de deputados situa-se na faixa etária dos 51-65 anos de idade, com 62,0%, ver quadro AII.2

Quadro AII.2 – Segmentação dos deputados pelas variáveis grupo parlamentar e pelas variáveis sociodemográficas: sexo, idade e escolaridade (%)

Partidos	Sexo		Idade			Escolaridade		
	M	F	35-50	51-65	>65	Médio	Superior	Mestrado Doutoramento
FNLA	100	-	66,7	-	33,3	-	100	-
MPLA	63,3	36,7	30	60	10	18,3	68,3	13,3
ND	100	-	50	50	-	-	100	-
PRS	100	-	-	100	-	-	25	75
UNITA	80	20	20	80	-	10	70	20
Total (N)	55	24	23	49	7	12	54	13
Total (%)	69,6	30,4	29,1	62,0	8,9	15,2	68,4	16,5

O processo de inquirição decorreu no seguinte faseamento:

1.º Envio de uma carta à Secretaria da Assembleia Nacional de Angola e aos cinco grupos parlamentares, solicitando a colaboração dos deputados para a presente pesquisa, feito pessoalmente pelo pesquisador;

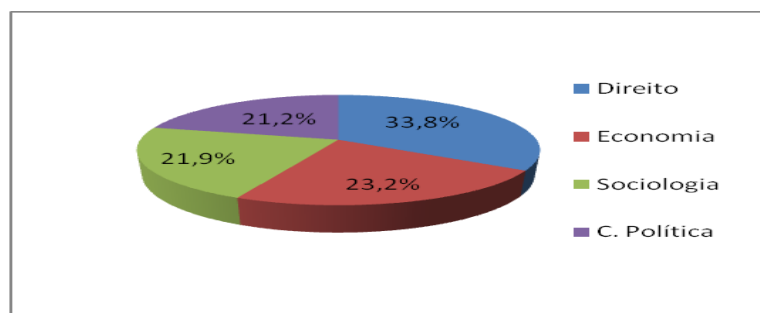
2.º Quase duas semanas depois, e sempre em constante contacto com a secretaria da AN (de onde não obtivemos resposta) e dos respectivos grupos parlamentares, foram marcados e realizaram-se encontros formais com quatro dos cinco líderes das bancadas parlamentares, exceptuando-se o grupo parlamentar do MPLA, em que fui recebido pelo Secretário do Bureau Político para os Assuntos Políticos e Eleitorais. Nestes encontros, para além de uma breve explicação dada pelo pesquisador sobre a natureza da pesquisa e da necessidade da colaboração dos deputados, foi também apresentado aos respectivos o inquérito a ser aplicado aos deputados. Ficou combinado nestes encontros que os grupos parlamentares entrariam em contacto com o pesquisador para avisar quando iniciar com a inquirição aos respectivos deputados, uma vez que na sua maior parte, os deputados encontravam-se em actividades já agendadas atempadamente.

3.º Depois de muito tempo de espera sem um feedback, resolveu-se partir por outras vias, desta feita, por meio de um contacto informal com uma deputada, que muito amavelmente se dispôs a ajudar no processo de inquirição. É assim que de comissão a comissão, de deputado/a a deputado/a, se iniciou, finalmente, a inquirição dos deputados. Foi um processo muito difícil de concretizar por várias razões, algumas ligadas ao acesso à elite parlamentar, devido a densa agenda que esta tem, outras ligadas à cultura política do regime angolano. Mas ainda assim, vários foram os deputados e deputadas que prontamente colaboraram para a concretização do processo de inquirição.

Inquérito aplicado aos estudantes da Universidade Agostinho

A aplicação dos inquéritos para os eleitores visou o universo dos estudantes com idade igual ou superior aos dezoito anos do 4.º ano dos cursos de Ciência Política, Direito, Economia e Sociologia da Universidade Agostinho Neto. No total obtiveram-se 152 respostas válidas por parte dos estudantes dos 4 cursos. O gráfico AII.1 mostra a segmentação dos estudantes por curso.

Gráfico AII.1 – Distribuição dos estudantes por curso (%)



Das 152 respostas válidas obtidas por parte dos estudantes (eleitores), a distribuição dos mesmos por curso é relativamente uniforme, onde o curso de direito obteve uma ligeira maior percentagem de 33,8% de respostas dentre os estudantes, em que os outros 3 cursos têm quase a mesma distribuição (gráfico 2.1).

O quadro AII.3 sintetiza de maneira geral, a segmentação dos estudantes (eleitores) mediante as variáveis da identificação partidária e variáveis sociodemográficas (sexo, idade e nível de escolaridade do pai).

Quadro AII.3 – Segmentação dos estudantes pela variável da identificação partidária e pelas sociodemográficas: sexo, idade e escolaridade do pai (%)

Partido	Sexo		Idade			Escolaridade do pai			
	M	F	20-30	31-40	>40	Básico	Médio	Superior	Mestrado Doutoramento
FNLA	-	100	100,0	-	-	50,0	-	-	50,0
MPLA	68	30	64,6	20,8	14,6	48,9	28,9	15,6	6,7
ND	-	100	100,0	-	-	-	100,0	-	-
PRS	66,7	33,3	66,7	-	33,3	66,7	33,3	-	-
UNITA	79,2	20,8	87,0	-	13,0	56,5	13,0	17,4	13,0
Total (N)	103	48	111	20	14	66	36	25	10
Total (%)	68,2	31,8	76,6	13,8	9,7	48,2	26,3	18,2	7,3

Nota-se que, no concernente a variável sexo, a maior percentagem dos estudantes é do sexo masculino (68%); relativamente a variável idade, a maior percentagem compreende a faixa etária dos 20-30 anos de idade, isto é, maioritariamente jovens, com 76,6 %; cerca dos 48,2% estudantes inquiridos afirmaram que os seus pais concluíram apenas o ensino de base (quadro AII.3).

O processo de inquirição dos estudantes foi, relativamente, mais fácil em comparação aos deputados, tendo ocorrido da seguinte maneira: enviou-se para as faculdades (Faculdade de Ciências Sociais, Faculdade Direito, Faculdade de Economia)

da Universidade Agostinho Neto uma carta a solicitação autorização para a inquirição dos estudantes dos cursos que visaram a amostra da presente pesquisa. Depois de uma semana, recebemos as respostas das três faculdades, e a partir daí, passou-se ao contacto com os delegados das turmas dos cursos para que servissem de mediadores da transmissão da mensagem de pedido de colaboração por parte dos estudantes.

Na sua maior parte, os estudantes mostraram-se prontamente disponíveis a colaborar, apenas alguns estudantes se recusaram, alegando não gostar de política e sobretudo, por quererem ver-se longe dela. Algumas vezes e em colaboração com os delegados das referidas turmas, foi possível inquirir os estudantes durante o tempo de intervalo das aulas. Outras vezes, deixámos os inquiridos com os delegados para que pudessem fazer chegar aos colegas que não frequentam as aulas com regularidade, isto para podermos obter o máximo de respostas válidas.

A análise estatística foi efectuada com o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 20.0 para *windows*, sendo que, outros detalhes técnico-estatístico poderão ser fornecidos pelo pesquisador quando solicitados.

Inquérito aplicado aos Deputados

Estimado(a) Sr./Sra. Deputado(a), o presente questionário visa saber quais *Os Interesses e Preferências Políticas dos Deputados* da Assembleia Nacional de Angola, no quadro de uma pesquisa de dissertação de Mestrado em Ciência Política sobre a congruência ideológica e política em Angola.

Desde já, agradece-se a sua colaboração,
Saudações!

Nota: o questionário é anónimo e as respostas confidenciais, sendo apenas para fins académicos

1. Pode, por favor, dizer a que grupo parlamentar pertence? (opcional)

- MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).....
- UNITA (União Nacional para Libertação Total de Angola).....
- PRS (Partido de Renovação Social).....
- FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).....
- ND (Nova Democracia - União Eleitoral).....

2.1 Das medidas abaixo indicadas, assinale por favor a que considera mais importante para o país. E segunda mais importante? E a terceira mais importante? (utilize 1ª, 2ª e 3ª).

- Garantir a reconstrução nacional do país.....
- Erradicar o analfabetismo.....
- Diversificar e modernizar a economia nacional.....
- Combater a fome e a miséria com a redução da pobreza.....
- Manter um nível elevado de crescimento económico.....
- Construir habitações acessíveis, incluindo, os mais desfavorecidos.....
- Garantir a paz e a estabilidade nacional.....
- Dar aos cidadãos mais capacidade de intervenção nas decisões mais importantes do governo.....
- Controlar a subida do custo dos bens essenciais.....
- Reconstruir as vias de transporte e circulação de pessoas e bens.....
- Defender e garantir a liberdade de expressão.....
- Criar mais emprego.....

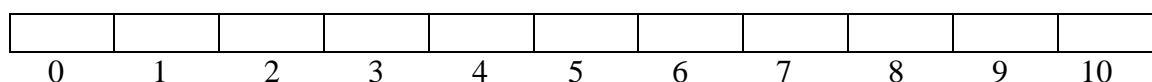
3. Para cada frase, diga-nos por favor o, seu grau de concordância ou discordância.

	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	N/S
3.1 A educação deve ser garantida sobretudo pelo Estado	1	2	3	4	5	(98)
3.2 A saúde deve ser garantida sobretudo pelo Estado	1	2	3	4	5	(98)
3.3 O Estado deve ser pequeno para permitir o desenvolvimento de iniciativas económicas individuais	1	2	3	4	5	(98)
3.4 O Estado deve garantir uma rede de segurança social estável à população	1	2	3	4	5	(98)
3.5 Os políticos não deveriam intervir na economia	1	2	3	4	5	(98)
3.6 Garantir a ordem e a segurança deve ser o mais importante.	1	2	3	4	5	(98)
3.7 O crescimento da economia deve ser mais importante do que a distribuição da riqueza	1	2	3	4	5	(98)
3.8 O rendimento e a riqueza do país devem ser redistribuídos para o cidadão comum	1	2	3	4	5	(98)

4. Em política é usual falar-se da «esquerda» e da «direita» como é que se posicionaria nessa escala, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?

Esquerda

Direita



5. Pode, por favor indicar qual o seu género?

Masculino

Feminino

6. Em que ano nasceu? 19 _____

7. Qual o grau de escolaridade mais elevado que completou?

Ensino básico (até a 9ª classe).....

Ensino médio (até a 13ª classe).....

Ensino superior.....

Mestrado ou Doutoramento.....

Obrigado pela sua prestimosa colaboração!

Inquérito aplicado aos Estudantes

Estimado(a) estudante, o presente questionário visa saber quais *Os Interesses e Preferências Políticas dos estudantes do ensino superior*, no quadro de uma dissertação de Mestrado em Ciência Política sobre congruência ideológica e política em Angola.

Desde já, agradece-se a sua colaboração,

Saudações académicas!

Nota: O questionário é anónimo e as respostas confidenciais, sendo que, serão única e exclusivamente usadas para fins académicos.

1. Das medidas abaixo indicadas, assinale por favor a que considera mais importante para o país. E segunda mais importante? E a terceira mais importante? (utilize 1^a, 2^a e 3^a).

Garantir a reconstrução nacional do país.....

Erradicar o analfabetismo.....

Diversificar e modernizar a economia nacional.....

Combater a fome e a miséria com a redução da pobreza.....

Manter um nível elevado de crescimento económico.....

Construir habitações acessíveis, incluindo, os mais desfavorecidos.....

Garantir a paz e a estabilidade nacional.....

Dar aos cidadãos mais capacidade de intervenção nas decisões mais importantes do governo.....

Controlar a subida do custo dos bens essenciais.....

Reconstruir as vias de transporte e circulação de pessoas e bens.....

Defender e garantir a liberdade de expressão.....

Criar mais emprego.....

2. Para cada frase, diga-nos por favor, o seu grau de concordância ou discordância.

	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	N/S
2.1 A educação deve ser garantida sobretudo pelo Estado	1	2	3	4	5	(98)
2.2 A saúde deve ser garantida sobretudo pelo Estado	1	2	3	4	5	(98)
2.3 O Estado deve ser pequeno para permitir o desenvolvimento de iniciativas económicas individuais	1	2	3	4	5	(98)
2.4 O Estado deve garantir uma rede de segurança social estável à população	1	2	3	4	5	(98)
2.5 Os políticos não deveriam intervir na economia	1	2	3	4	5	(98)
2.6 Garantir a ordem e a segurança deve ser o mais importante.	1	2	3	4	5	(98)
2.7 O crescimento da economia deve ser mais importante do que a distribuição da riqueza	1	2	3	4	5	(98)
2.8 O rendimento e a riqueza do país devem ser redistribuídos para o cidadão comum	1	2	3	4	5	(98)

3. Em política é usual falar-se da «esquerda» e da «direita» como é que se posicionaria nessa escala, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?

Esquerda

Direita

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

4. Existe algum partido político do qual se sinta mais próximo do que de outros? Se sim, qual é esse partido?

- MPLA.....1
- UNITA.....2
- PRS.....3
- FNLA.....4
- ND-Coligação.....5
- Outro.....6
- Não.....7

5. Pode, por favor dizer se votou nas últimas eleições (2008)?

- Sim.....1
- Não.....2
- Não responde (99)

6. Pode, por favor indicar qual o seu género?

Masculino

Feminino

7. Indique por favor, o curso que frequenta:

Direito

Economia

Sociologia

Ciência Política

8. Qual é o seu local habitual de residência? _____

9. Pode, por favor, dizer qual o grau de escolaridade mais elevado que seu pai completou?

- Ensino básico (até a 9ª classe).....
- Ensino médio (até a 13ª classe).....
- Ensino superior.....
- Mestrado ou Doutoramento.....

Obrigado pela sua prestimosa colaboração!

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: Gildo Matias José

Filiação: Pedro José e Amália da Conceição Gonçalves Matias

Naturalidade: Lobito, Província de Benguela-Angola

Data de Nascimento: 24 de Abril de 1986

Estado Civil: Solteiro

Título de Residência: n.º 29MP30135, emitido pelo SEF aos 12 de Janeiro de 2012, válido até 08 de Fevereiro de 2013.

Passaporte n.º: NO751699, emitido em Luanda aos 15 de Abril de 2009

Contactos: (+351) 967 892 087

E-mail: gildo_matias_jose@yahoo.com.br

Residência: Rua Alexandre Ferreira, n.º 17, 5.º Direito. Código postal 1750-010, Lumiar (Lisboa-Portugal)

Dados Académicos

2006-2009: Licenciatura em Ciências da Educação, na especialidade de Filosofia, pelo Instituto de Ciências da Educação (ISCED) do Lubango, em Angola.

2010-2012: Frequentou a parte curricular do mestrado em Ciência Política, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL) de Lisboa.

2012: Participou da “ECPR Summer School on Parliaments” no ISCTE-IUL, decorrida de 1 a 9 de Agosto de 2012, em Lisboa.

Experiência Profissional

- ✓ Professor do I Ciclo (2006-2009)
- ✓ Formador de Membros das Assembleias no Processo Eleitoral (2008)
- ✓ Professor do II Ciclo (2010)
- ✓ Assessor Político-Diplomático do Secretariado Executivo da CPLP em Lisboa (2011-2012), estagiário.

Experiências Voluntárias

- ✓ Campanhas de Vacinação contra Poliomielite (Ministério da Saúde).
- ✓ Campanha de Luta contra as DTS (doenças sexualmente transmissíveis).
- ✓ Agente de Educação Social (FAS).
- ✓ Agente de Formação de Capacidades para vida (CRS).

Domínio de Línguas

- ✓ Português: nível C2
- ✓ Inglês: nível C1
- ✓ Espanhol: A1

Lisboa, 29 de Agosto de 2012